

UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO

ANTONIO SÉRGIO DOS ANJOS

**O TRABALHO DO SETOR PSICOSSOCIAL NA FUNDAÇÃO  
CASA: UMA NOVA ABORDAGEM**

**SÃO PAULO**

**2011**

ANTONIO SÉRGIO DOS ANJOS  
PÓS GRADUAÇÃO

O TRABALHO DO SETOR PSICOSSOCIAL  
NA FUNDAÇÃO CASA:  
UMA NOVA ABORDAGEM

**Proposta de intervenção em procedimento de serviço**, apresentado a Universidade Bandeirante de São Paulo como exigência para a conclusão do Mestrado Profissional “Adolescente em Conflito com a Lei”.

Orientador: Flávio Américo Frasseto.

SÃO PAULO  
2011

## AGRADECIMENTOS

Aos Professores Nilton Ken Ota e Flávio Américo Frasseto, pela confiança e apoio durante a elaboração do trabalho.

À Uniban Brasil e aos professores do Programa de Pós Graduação “Adolescente em conflito com a Lei”, pela possibilidade de realização deste curso.

Aos meus pais, José e Benedita, pelo amor e pela formação humanista que me proporcionaram.

À minha família, especialmente minha esposa Roseli e minhas filhas, Beatriz e Carolina, que apoiaram incondicionalmente toda a empreita.

Aos meus irmãos, que sei que torcem por mim.

Aos colegas de curso, que me animaram quando pensei desistir.

À Margarete e Thiago, pelo auxílio na revisão e formatação.

## RESUMO:

Nos primeiros anos da República, na passagem do século XIX para o século XX, a questão da criança e do adolescente passou a ser considerada uma questão de higiene pública e de ordem social, na perspectiva de se consolidar o projeto de nação forte, saudável, ordeira e progressista (Ordem e Progresso). A partir dos anos 20, executada por diferentes órgãos e cristalizada na “Doutrina da Situação Irregular”, consolidou-se uma prática política para a criança e o adolescente pobre, em abandono social ou envolvidos em delitos que, após o golpe militar foi assumida integralmente pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), criada em 1964. Às Fundações Estaduais do Bem Estar do Menor (FEBEM), sob a diretrizes da FUNABEM, cabiam a prevenção ao processo de marginalização do menor com o estabelecimento de unidades para atender carentes e abandonados, e a correção dos marginais em que predomina esse conceito de normalidade social. A Psicologia e o Serviço Social apresentavam-se, neste contexto, como capazes de delimitar as causas dos desvios de conduta, através do uso de testes, da análise da personalidade, da investigação social da família e do jovem, possibilitando ações preventivas e de correção das mesmas. Neste sentido, estas ciências apresentavam-se como um dos instrumentos capazes de determinar as *causas do desvio do menor*. A função primordial destes “técnicos” na vigência da Doutrina da Situação Irregular era a produção de relatórios, nos quais enfocavam a etiologia da infração e as causas da suposta desagregação familiar destes sujeitos. Após a redemocratização no país, com a nova Constituição Brasileira (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), ao menos em relação aos aspectos legais, a Doutrina da Situação Irregular foi substituída pela Doutrina da Proteção Integral. Entretanto, na prática, o papel reservado aos técnicos – Assistentes Sociais e Psicólogos, permanece inalterado na instituição. Trata-se de um trabalho e ao mesmo tempo um desafio que leva ao sofrimento diante da dificuldade de lidar com adolescentes em conflito com a lei, jovens especialmente difíceis e sobre os quais não existem consensos fáceis sobre como ajudá-los. O objetivo deste estudo é apresentar uma reconfiguração do trabalho do setor técnico, possibilitando outro modelo de atendimento ao adolescente e melhorando as relações institucionais.

Palavras chave: Adolescente Infrator, Atores Sociais, Setor Psicossocial

## **ABSTRACT**

In the early years of Republic, in the beginning of 20th century, the government actions concerning on child and adolescent became a public health and a social order question, in order of setting up a project of an organized and developed country (Order and Development). Achieved by different official sectors and consolidated into “Uneven Situation Doctrine”, this political practice toward poor child and adolescent was shielded totally by National Child and Adolescent Foundation (Funabem), created in 1964. The State Child and Adolescent Foundations (FEBEM), under the direction of Funabem, has the duty of protecting child and adolescent from social deprivation at the same time correct criminal adolescent. The social normality concept was strong by then. The Psychology and the Social Work present itself, in this circumstance, as capable to delimit the causes responsible for the criminal behavior. Through their tests, analyze of personality, social investigation about family and criminal adolescent, these two sciences could, then, identify and correct the social abnormality. In this case, these sciences appear as a instrument capable to determine the motives of the criminal adolescents. The primary function of those “experts” for the period of “Uneven Situation Doctrine” was producing official documentation which described the criminal etiology and the motives of familiar disorder from those children and adolescents. After the conquest of political freedom into 1980’s, with a new Federal Bill (1988) and the ECA – Child and Adolescent Law (1990), at least in legal aspects, the Uneven Situation Doctrine was changed by Complete Protection Doctrine. However, the role reserved to the experts sector – Social Workers and Psychologists –, remained the same. A work and at the same time a defy which produce suffering before the difficulty of deal with criminal adolescents, especially the complicated ones, and about whom there are not trouble-free opinions in order help them. The main of this research is present an adjustment of the expert sector role, bring up another model of assisting the criminal adolescent and improving the multidisciplinary relations into the institution.

Keys Word: Criminal adolescent. Social actors. Expert sector.

## SUMÁRIO

<b>1 - APRESENTAÇÃO</b> .....	07
<b>2 - INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>3 - REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	15
<b>4 - BREVE HISTÓRICO DO ATENDIMENTO SOCIEDUCATIVO NO ESTADO DE SÃO PAULO</b> .....	18
<b>5 – ADOLESCENCIA E VIOLENCIA</b>	
5.1 - Cenário Global.....	25
5.2 – A Construção da Imagem do Menor .....	26
5.3 – Redemocratização Brasileira e a Força da Ordem .....	29
5.4 – Os Saberes.....	30
<b>6 – OS ATORES SOCIAIS</b> .....	32
6.1 – O Adolescente .....	32
6.2 – As Famílias .....	33
6.3 – O Judiciário.....	35
6.4 – Os Trabalhadores da Fundação CASA.....	37
6.4.1 – O Gestor.....	37
6.4.2 – O Setor de Disciplina e Segurança .....	38
6.4.3 – O Setor Pedagógico.....	40
6.4.4 – A Saúde .....	40
6.4.5 – O Setor psicossocial.....	41
<b>7 – UMA PROPOSTA DE TRABALHO</b> .....	49
7.1 – Unidade de Internação Provisória (UIP) .....	55
7.2 – Unidade de Internação (UI) .....	56
<b>8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	59
<b>9 - ANEXOS</b> .....	62
9.1 – Exigências Profissionais .....	62
9.2 – Descrição de Cargos .....	63
<b>10 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	65

## 1. APRESENTAÇÃO

Comecei a trabalhar na Fundação Estadual do Bem Estar do Menor de São Paulo, atual Fundação Casa em 1986, na função de Monitor I, nome dado á época ao “profissional” responsável pelo acompanhamento diuturno dos adolescentes internos na instituição. As **aspas** justificam-se por não existir formação profissional específica para este trabalhador (a exemplo do que ocorre com outros profissionais da educação ou mesmo da segurança e justiça) e eu não ter passado por qualquer treinamento para exercer a função.

Meu processo seletivo, em decorrência da redemocratização recente do país, foi realizado através de Seleção Pública e, percebo hoje, foi orientado com o objetivo de humanizar a FEBEM, o que permitiu que um estudante de Filosofia, ex-seminarista, militante social e, sobretudo, franzino, fosse admitido.

Hoje, distante duas décadas, considero ingênua aquela estratégia. A força da instituição predominou sobre a intenção instituinte. Os funcionários antigos, admitidos na vigência do regime militar, em grande parte ex-policiais, cabos eleitorais de candidatos da ARENA, desportistas aposentados, impediam que uma cultura de Direitos Humanos fosse efetivamente implantada. Na prática, na ausência de treinamento dos novos funcionários, a maior experiência dos antigos exerceu uma influência irresistível sobre os novatos, reforçando práticas disciplinares autoritárias e coercitivas.

Além disso, assisti muitos colegas bem intencionados, buscando alternativas de aproximarem-se dos jovens, mas por falta de suporte adequado, passado algum tempo não conseguirem se diferenciar dos internos, incorporando sua linguagem e vestuário. Infelizmente, muitos deles, ao incorporarem a linguagem, não perceberam estar também assimilando valores, numa verdadeira inversão da relação educador-educando, sofrendo eles mesmos um processo de socialização negativa.

De alguma forma, sobrevivi a este período em grande parte graças ao curso que eu fazia – Filosofia da Educação, que ajudou na elaboração daquela experiência. O fato de ser estudante de Filosofia também me aproximou do corpo técnico da unidade, o que me possibilitou uma articulação com os

profissionais do Serviço Social, da Psicologia e da Pedagogia, permitindo algumas experiências libertadoras como, por exemplo, a implantação de um Programa de Orientação Vocacional para estes jovens.

Refletindo sobre esta experiência pessoal, para mim fica óbvio que os trabalhadores da Fundação sofrem o mesmo processo de “socialização negativa” vivenciada pelos jovens, o que reforça nos adultos sentimentos de menos valia e de impotência que podem ser geradores de violência. Equação fácil de compreender, quanto mais impotente uma pessoa se percebe, mais autoritária ela se torna, descontando naqueles que estão sob sua responsabilidade as frustrações que sente - é o que Saffioti (1989) chamou de Síndrome do Pequeno Poder.

Em relação aos trabalhadores de instituições fechadas, como é o caso das unidades de internação da FEBEM, atual Fundação Casa, a oportunidade para cometer arbitrariedades é muito grande. Em relação a estas arbitrariedades, a situação agrava-se pela tolerância de boa parte da população no tocante à violência dos agentes do estado responsáveis pela segurança pública, a polícia em especial, extensiva aos carcereiros e aos agentes que lidam com jovens infratores.

De certo modo, os agentes das instituições que atendem adolescentes infratores, também legitimavam (ou legitimam) violências eventuais e/ou sistemáticas, baseados na mesma lógica do “justiciamento”, considerando-se instrumentos do estado e da sociedade para a punição dos adolescentes.

Penso que à inexistência de mecanismos que pudessem controlar esta “socialização negativa” podem ser associados boa parte dos episódios de violência institucional divulgados pela mídia.

Neste momento de minha trajetória profissional e inserido no Mestrado Profissional “Adolescente em conflito com a Lei”, tenho a oportunidade de re-significar a minha história ao mesmo tempo em que reflito sobre os acontecimentos recentes no Brasil e suas repercussões no atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação, o que testemunhei de dentro.



Quando mais jovem, ao participar de grupos da Pastoral da Juventude, no final dos anos 70 e início do processo de abertura política, fazia sucesso entre nós uma metodologia chamada por Boran (1971) de método “ver, julgar e agir”. Grosso modo, este método pode ser descrito por olhar a nossa realidade buscando situações de desconforto; analisar esta situação à luz dos textos bíblicos e, então, fazer um plano de ação.

É com este espírito que este trabalho foi realizado. Fazer um estudo sobre o funcionamento de um centro de socioeducação só ganha sentido se a partir dele alguma proposta de melhoria puder ser feita. O percurso da pesquisa realizada até este momento tentou deixar claro que aos trabalhadores que atuam neste segmento, os elementos estressores presentes nas diferentes tarefas são fatores de sofrimento e não raro, de adoecimento.

Para Foucault (Vigiar e Punir, História da Loucura), as prisões e os centros socioeducativos para jovens, constituem-se em um dos dispositivos de controle das modernas sociedades. A sua função é “cuidar” dos criminosos e indivíduos desviantes que, assim como os loucos (enviados aos manicômios), refutam o ideal burguês de produtividade ao recusarem submeter-se à disciplina do trabalho.

Com a finalidade de disciplinar corpos e submeter almas, estas instituições de reclusão produzem um ambiente que despersonaliza o indivíduo a partir de estratégias simples como a padronização das rotinas, o uso de uniformes, a identificação por número e o isolamento com o mundo externo. Além disso, o próprio atendimento é fragmentado, assim um setor é responsável pela saúde, outro pela higiene e alimentação, outro pela segurança, outro pela atenção à família, entre outros, nos moldes da fábrica, onde o trabalho parcelarizado aliena o trabalhador ao afastá-lo da compreensão de seu todo.

Este ambiente artificial, supostamente isento de contradições sociais, pretensamente imune aos desejos e que tem por modelo ideal o hospital, é o que Goffman chamou de instituição total. Outros autores, como Baremlitt (1986) e Bleger (2003) ao estudarem os efeitos desumanizadores deste tipo de instituição, cunharam o termo “institucionalismo”, doença produzida nestes espaços.

Este processo de coisificação, de transformação do outro em objeto, tem por objetivo a domesticação dos desejos tornando-os adequados à moral vigente. Tem também a função “pedagógica” de ser castigo exemplar inibidor do aparecimento de outros “outsiders” (Elias,2000).

No entanto, as coisas não acontecem na ordem direta de seus objetivos. Assim, do mesmo modo que estas instituições atuam sobre a subjetividade de seus internos, atuam também em seus agentes. Ao transformarem o seu semelhante em coisa, os Agentes Institucionais também são coisificados e se brutalizam no espaço de trabalho.

Se sobre os internos o efeito é perverso, destruindo subjetividades, homogeneizando indivíduos, isto é atenuado pelo fato de ser passageiro. No caso de adolescentes, aqui no Brasil, o tempo máximo de internação é de três anos com a permanência média de 12 meses. Já no caso dos Agentes Institucionais este período pode ser mais longo, e, portanto, mais ruinoso. O caminho para manter a saúde dos profissionais pode ser a supervisão aliada a jornadas de trabalho menos estressantes e formação permanente.

Com a finalidade de minimizar os efeitos perversos do institucionalismo sobre os internos uma das estratégias mais utilizadas é baseada no chamado “princípio da incompletude institucional”. Segundo este princípio, um dos modos de arejar a instituição é tendo parte de suas funções executadas por instituições complementares. Assim, por exemplo, serviços de Saúde , Educação e Cultura podem e devem ser buscados na rede social local.

Se sobre todos os setores e atores da instituição a pressão é grande, pois dos profissionais do setor de segurança e disciplina espera-se que consigam fazer jovens rebeldes seguirem regras; dos profissionais do setor pedagógico espera-se que consigam fazer os jovens reconhecerem o valor da educação participando de aulas e oficinas; do setor de saúde espera-se que resistam à pressão de jovens saudáveis ávidos por irem ao Pronto Socorro, muitas vezes só para poder “dar uma volta no mundão”; mas é sobre o setor psicossocial que, quando tudo dá errado, toda esta pressão recai.

Ainda mais que do Setor Psicossocial, no imaginário coletivo, o que encontra respaldo nas atribuições legais, por ser composto por profissionais formados em Psicologia ou Serviço Social, o esperado pelos demais

profissionais da instituição é que os mesmos possam intervir nas situações de conflito fazendo com que o jovem cumpra as regras, participe das atividades e aguarde pacientemente seu encaminhamento para atendimento externo, se for o caso.

Na prática, a intervenção nestes momentos acaba muitas vezes apoiando-se, quase que exclusivamente, no lugar de autoridade exercido por este profissional que detém a “chave da porta de saída” da unidade por ser o responsável pela produção de relatórios técnicos que são encaminhados ao Juiz.

Por isso, infelizmente, muitas vezes a intervenção técnica acaba sendo uma ameaça velada que se traduz em frases do tipo: “seu relatório vai subir no mês que vem; você não quer sair?”, ou seja, mantém-se uma relação baseada na perspectiva punitiva.

Além dessa pressão psicológica de dentro do centro socioeducativo, o profissional sofre também a pressão política da instituição que precisa de vagas, a pressão de juízes que esperam, não raro, infalibilidade no posicionamento técnico, dos próprios jovens e familiares que querem sua liberdade.

A centralização deste “poder” de liberar o jovem através do Relatório Técnico no setor psicossocial herança do modelo de atenção praticado no modelo FUNABEM/FEBEM, ainda se mantém nos dias atuais. A proposta de trabalho que se delineia agora visa superar este modelo.

A forma de apresentação deste trabalho, **Proposta de intervenção em procedimento de serviço**, prevista pela CAPES para modalidade do mestrado em curso, não assumiu o formato clássico de Dissertação ainda que dele em certos momentos se aproxime. A aplicação do que foi proposto depende de outras instâncias de poder o que acredito, não invalida o esforço de se perguntar sempre: E se.....?

## 2. INTRODUÇÃO

No ano de 2002, sob a coordenação da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), produziu uma Cartografia da situação das instituições brasileiras destinadas aos adolescentes autores de ato infracional. Neste estudo, após a visita de 190 instituições, concluiu-se pela condenação de 71% destas unidades consideradas verdadeiras “sucursais do inferno”, tal o seu estado de degradação, revelando a distância entre os preceitos legais e a realidade dos centros de internação brasileiros.

Esta constatação acelerou as discussões na Secretaria Especial dos Direitos Humanos e no Conanda, sobre a necessidade da elaboração de um Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas, com diretrizes claras de ação, que resultou no SINASE em 2006, como marco regulatório do atendimento socioeducativo em nosso país.

Da elaboração do SINASE participaram representantes de todos os executivos estaduais responsáveis pela área e representantes dos demais atores envolvidos no atendimento ao adolescente em conflito com a Lei.

Uma novidade neste documento é a orientação sistêmica reafirmando que a responsabilidade pelo atendimento ao jovem autor de ato infracional é da família e do estado, mas também de toda sociedade. Tal perspectiva se inscreve na mesma lógica que define a criação do Sistema de Garantia de Direitos, subsistema que articula os Sistemas de Justiça, Assistência Social, Educação e Saúde, com o objetivo de proteger crianças e adolescentes e que, por outro lado, já determinava que os programas executores de medidas socioeducativas atuassem em rede.

O SINASE define qual é a esfera de atuação de cada nível de governo em relação às medidas socioeducativas e detalha a estrutura e o funcionamento dos programas fornecendo parâmetros em relação aos aspectos físicos e quadro de pessoal, facilitando o controle externo.

A Fundação Casa em São Paulo, têm se aproximado do que determina o SINASE, ampliando os equipamentos de semiliberdade, desmontando os

grandes complexos, porém é necessário continuar o investimento na compreensão e formação de seus funcionários. No final das contas, ainda é o “João”, o “José”, a “Elaine”, pessoas reais e agentes sociais das instituições que irão fazer ou não a diferença junto ao menino. Penso que, diante do profissional, a estrutura física dos prédios e os recursos injetados ainda são secundários.

Apesar de a instituição ter um corpo multiprofissional extenso para cuidar do adolescente, recai sobre os profissionais técnicos do Serviço Social e Psicologia os olhares do adolescente, da família e do judiciário, exigindo uma intervenção exitosa durante o período de internação do adolescente. São eles os responsáveis por produzir relatórios que embasam as decisões dos Juízes sobre qual a medida mais adequada para determinado jovem e, após algum tempo, se a mesma foi cumprida com eficiência, atingindo sua finalidade.

Se para os outros servidores da equipe multiprofissional a institucionalização pode ser o principal fator gerador de sofrimento no desenvolvimento no trabalho com o adolescente, para os Assistentes Sociais e Psicólogos não parece ser esta a questão central e sim o sentimento de impotência diante da baixa resolutividade de alguns casos que de forma mais direta geram sentimentos de incompetência.

Este trabalho pretende contribuir para enfrentar o desafio de construção de um modelo de atendimento que atenda aos direitos do jovem, mas que, ao mesmo tempo, cuide da saúde de seus trabalhadores.

Inicialmente, cumpre compreender quem é este trabalhador? O que faz? Por que faz? Com quem faz?. Para isto, será utilizado como referência o conceito de “configuração”, criado pelo sociólogo Norbert Elias (2000), traçando um paralelo com o processo de democratização brasileiro e o conceito de “sofrimento no trabalho” na forma tratada por Christophe Dejours (2000).

Além disso, para compreender o contexto tratado, foi necessário fazer um breve histórico do atendimento ao jovem em conflito com lei no Estado de São Paulo e as demandas que são atualmente apresentadas à Fundação Casa, órgão executor do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo após

a aprovação do SINASE.

Em relação aos jovens, a idéia foi refletir a respeito da percepção social sobre o fenômeno da violência juvenil, exacerbada na década de 80, e que pode ser melhor compreendida quando analisada junto com o processo de redemocratização brasileira. Além disso, é importante compreender o momento atual de desenvolvimento civilizatório que alguns autores chamam de pós-modernidade e os efeitos disto na perspectiva de jovens que não encontram motivos para elaborar projetos para o futuro, vivendo o aqui e agora e em que isto impacta o trabalho dos técnicos.

É necessário conhecer também, ainda que minimamente, quem são os diferentes atores que orbitam nas instituições que tratam da violência juvenil, o próprio adolescente em conflito com a lei, as famílias, os operadores do sistema de justiça e os trabalhadores dos centros socioeducativos.

Finalmente, é apresentada uma proposta de trabalho que altera o papel exercido atualmente pelos Psicólogos e Assistentes Sociais de forma que os mesmos possam cuidar da saúde mental de todos que coabitam a instituição – jovens e trabalhadores, expostos à esta dinâmica interna, carregada de conflitos, criando alternativas para a prevenção do adoecimento e violência e, ainda, fortalecer a família para que possa receber o jovem desinternado.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

Não é pretensão deste trabalho fazer a exegese da contribuição teórica de Norbert Elias e nem de Christophe Dejours, pelo contrário, as reflexões destes dois autores podem servir para entender um contexto, o centro socioeducativo, que possui uma dinâmica peculiar pelo fato das relações estudadas acontecerem em um ambiente fechado, pretensamente controlado, mas que na verdade está mergulhado e impregnado pelas questões de seu tempo histórico. A ação de todos os atores envolvidos sejam os trabalhadores e jovens, que coabitam um mesmo espaço, sejam os atores externos, família e judiciário, encontram-se condicionados e são condicionantes das transformações pelas quais a sociedade passa. Compreender esta dinâmica pode ajudar a prevenir adoecimento no trabalho por relativizar a ação de cada agente, fazendo-o perceber a importância do trabalho em equipe e em rede.

Norbert Elias um dos sociólogos de maior destaque no Século XX (1897-1990) em sua obra mais importante, “O processo civilizador”, tenta compreender o desenvolvimento da civilização. Neste livro, Elias introduz a noção de que a “civilização” é resultado da interdependência social. Nas sociedades ocidentais, onde o monopólio da força pelo Estado é elemento fundante da civilização, o poder de coerção social, exterior aos indivíduos, impõe valores e comportamentos que aos poucos são introjectados através da socialização, transformando-se em autocontrole.

Segundo Elias, através de suas necessidades os indivíduos são orientados para os outros e unidos uns aos outros das mais diferentes maneiras. Esses indivíduos constituem teias de interdependências que dão origem as configurações: família, aldeia, cidade, estado, nação.

No cenário em estudo, pensando em um centro socioeducativo, os setores envolvidos são: segurança, saúde, pedagogia, família, justiça, sociedade. Estes setores deveriam constituir as redes de proteção social.

“A fim de entender estruturas e processos sociais, nunca é suficiente estudar um único estrato funcional no campo social. Para serem realmente entendidas, essas estruturas e processos exigem um estudo das relações entre os diferentes estratos funcionais que convivem juntos no campo social e que, com a mais rápida ou mais lenta mudança nas relações de poder provocada por uma estrutura específica desse campo, são no curso

do tempo reproduzidas sucessivas vezes.” (Norbert Elias - O Processo Civilizador, 1993).

Deste modo para entender o papel reservado ao sujeito da pesquisa, o trabalhador do Serviço Social e da Psicologia, foi necessário descrever o papel dos diferentes atores sociais com os quais estes profissionais interagem na execução de seu trabalho.

Contudo, por ser uma instituição que atende adolescentes a quem se atribuiu o cometimento de atos infracionais, ou seja, ações tipificadas como crime em nosso Código Penal, não raro com componentes de violência, essa problemática será relacionada ao fenômeno que Dejours (2000) nomeou como “banalização da injustiça social”. De certo modo, ao ver-se diante de todo tipo de violência, o trabalhador dos centros de internação de jovens pode desenvolver, até como mecanismo de prevenção de adoecimento, algum nível de entorpecimento diante das injustiças.

Christophe Dejours (1998), médico e psicanalista francês, um dos criadores da Psicodinâmica do Trabalho, abordagem interdisciplinar envolvendo Ergonomia e Psicanálise, aplicada ao estudo dos fatores subjetivos de adoecimento relacionado ao ambiente profissional, estudou também a “indiferença social” em relação ao sofrimento no trabalho. Para ele, a falta de reação em relação a aspectos estressores do mundo do trabalho deve-se ao fato de ter se tornado” banal “o medo do desemprego, o baixo salário, o assédio moral”, gerando uma apatia generalizada parecida com a que nos acomete diante de desastres naturais. Parece ser natural “este aviltamento das condições de trabalho, reforçando sentimentos de inevitabilidade e menos valia, levando ao enfraquecimento das organizações sindicais”. Ao mesmo tempo em que nos afeta a todos, a insegurança em relação ao futuro é driblada com um misto de ingenuidade como se, não ligando, fingindo não ver, pudéssemos escapar dela.

Esta apatia em relação às injustiças no ambiente de trabalho, fenômeno estudado por Dejours, na Fundação Casa pode ser complementada pela apatia diante de um trabalho, a socioeducação de jovens que cometeram



crimes, sabidamente complexo.

Será possível delimitar o campo de atuação deste trabalhador, definindo-lhe objeto e técnica própria? Por outro lado, o resultado de seu trabalho, ou seja, a reeducação de adolescentes especialmente difíceis, deve ser creditada exclusivamente a ele? Não é fator estressor delegar a alguém uma tarefa a respeito da qual não existe consenso e exigir resultados satisfatórios?

#### **4. BREVE HISTÓRICO DO ATENDIMENTO SOCIEDUCATIVO NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Os estranhos de nossa sociedade, os marginalizados, não poderiam ser outros senão aqueles que estão impossibilitados de comprar e, por isso, constituem uma ameaça à ordem vigente – ordem que é muito mais monetária do que política, como gostaríamos que acreditássemos. Na sociedade de consumo, o crime maior cometido pelos chamados marginais, delinqüentes, infratores, nada mais é que sua imponente pobreza”. (BOCCO 2006, p.66-67)

Nos últimos anos do séc. XIX e primeiros anos do século XX, a ideia de reforma social e moral de determinados indivíduos ocupa a atenção de não poucos cidadãos desta sociedade. Destinadas a estes indivíduos, são criadas instituições que desenvolvem práticas e saberes legitimados pelas Ciências Humanas nascentes (Psicologia e Sociologia). Deste modo aos desajustados, ou seja, àqueles que representam o negativo da sociedade burguesa apoiada na racionalidade e na produtividade, são oferecidos espaços educativos e corretivos de forma a separá-los da parte sadia da sociedade preservando esta última.

Em relação aos menores – negativo de criança e adolescente – são oferecidas assistência e amparo, com finalidades “profiláticas quanto ao crime, à loucura, à prostituição e à anormalidade em geral” (Freitas apud Adorno). Para garantir o tratamento adequado, a mesma autora, segundo Adorno, classificou os “menores” e instituição indicada do seguinte modo:

(a) para os idiotas e imbecis profundos, os asilos privados; b) para os indisciplinados, delinqüentes, tarados, pervertidos e perversos, os reformatórios; c) para os surdos, míopes e cegos, escolas especiais; d) para os débeis, colônias agrícolas com orientação profissional; e) para os tuberculosos, pré-tuberculosos, sífilíticos, cardíacos, sanatórios ou hospitais adequados; para os extraviados sexuais, colônias de trabalho; f) retardados e anormais de boa índole, aproveitamento adequado. (1938, p.38).

Diante dessa realidade o papel da autoridade judiciária, amparada pela avaliação científica seria encaminhar o “menor” para o tratamento adequado. O menor aqui tratado é àquele pertencente às classes populares menos abastadas.

O primeiro Código de Menores, conhecido por Código de Mello Mattos, surge em 1927. O arcabouço jurídico que legitimava esta prática é conhecido por Doutrina da Situação Irregular que permitia ao Estado a tutela de jovens

visando a sua “salvaguarda”. Esse código institui a vigilância das autoridades públicas sobre as famílias pobres. Segundo Santos (2006)

A criação de instituições para atender *menores* considerados delinqüentes pautava-se numa educação moral, da qual eram carentes por se originarem de famílias que viviam na imoralidade, de acordo com os discursos de diversos juristas e parlamentares. Assim, o pátrio poder também passava a ser questionado sob a alegação de que algumas famílias não eram capazes de educar corretamente os filhos, no caso as famílias pobres. Astolfo Rezende, em 1909, falava da necessidade de se restringir o pátrio poder e do dever do Estado de subtrair o *menor* em risco de corrupção pela influência do meio. A família tornava-se objeto de intervenção com base na afirmativa de que “uma família desorganizada, viciosa ou negligente é a causa primordial da criminalidade...” (p. 49)

De acordo com BATISTA (2003), já no primeiro processo julgado pelo juiz Mello Mattos em 1924 é possível encontrar o que será a tônica do trabalho do juizado: “analisar jovens, negros e pobres acusados de crimes contra a propriedade”, (p. 70).

O passo seguinte para a moralização da sociedade e garantia da nova ordem social foi criar um órgão para receber esses menores, e em 1941 fundou-se o Serviço de Atendimento ao Menor, SAM, baseado em um modelo correccional-repressivo com estrutura e funcionamento análogos aos do sistema penitenciário. Segundo Santos (2006),

... foi o estabelecimento de uma política assistencialista e repressiva, que primou pela manutenção do abismo social entre os diferentes grupos sociais. Importava “moldar” para “conformar”, mantendo a classe trabalhadora arregimentada.

Apesar das denúncias de maus tratos, tortura e humilhações o SAM foi mantido até 1964 e com sua extinção foi criada FUNABEM- Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor. Órgão normativo, a FUNABEM coordenou a implantação dos sistemas estaduais. Silva (2000) relata um dado importante para a criação da FUNABEM:

..... em 1964, um filho do então ministro da justiça Milton Campos foi barbaramente assassinado por adolescentes moradores nos morros do Rio de Janeiro, e o próprio ministro, juntamente com outros juristas do Rio de Janeiro, convenceram o presidente general Humberto Castelo Branco a criar, por decreto, a almejada fundação nacional. (p. 120)

Neste período o jovem infrator passa a ser assunto de ordem da Segurança Nacional. Segundo Bocco (2006), esses jovens deveriam ser vigiados a todo momento, com inspetores, guardas e monitores em todos os

espaços (p. 71).

O processo de redemocratização do Brasil pós-ditadura militar de 64 refletiu-se de forma desigual nas instituições do aparelho estatal. Dentre estas instituições, as destinadas ao atendimento ao adolescente infrator, após um pouco mais de 30 anos da Lei da Anistia, ainda enfrentam uma transição do modelo assistencial – repressivo para o modelo de garantia dos direitos.

A Lei da Anistia completou 30 anos em 2009. Evento que representa o início do processo de abertura política no Brasil, significou a retomada do nosso processo civilizatório e reconduziu ao campo da política as diferentes visões sobre nosso país definindo este como o local onde elas devem ser resolvidas.

Evento inaugural, seguido de outros, não se fez alheio às tensões existentes em nossa sociedade, onde de certa forma, agentes e instituições com caráter repressivo, continuaram recusando o espaço da ágora, do debate, da circulação das idéias, para continuar praticando a tutela sobre a sociedade, desta vez na figura do preso comum e do adolescente infrator.

Com a promulgação da Constituição de 1988, e como resultado da mobilização da sociedade civil, fêz-se necessário o reordenamento jurídico relacionado a este assunto. Em Julho de 1990, o Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente -ECA, foi promulgado pela Presidência da República sob a forma de LEI 8069/90. O ECA apresenta um novo paradigma para a atenção á criança e o adolescente. Estes deixam de ser objeto de direito e passam a ser considerados pela lei, sujeitos de direitos. Em substituição à Doutrina da Situação Irregular, o ECA baseia-se na Doutrina da Proteção Integral, em harmonia com os tratados internacionais relativos ao tema.

A nova lei determinou transformações profundas nas unidades de atendimento, retirou a função tutelar das atribuições dos juízes criando os Conselhos Tutelares e criou os Conselhos de Direito, responsáveis pela fiscalização e regulamentação de todos os programas de atendimento.

Com o Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente foi estabelecido um novo paradigma no atendimento, superando a dicotomia MENOR X CRIANÇA/ADOLESCENTE, onde o primeiro termo referia-se àquela

criança ou jovem das classes populares que, ou por sofrer algum tipo de privação ou por estar apresentando comportamento delitivo, enquadravam-se como destinatários de políticas públicas ditas compensatórias, sendo encaminhados aos abrigos e reformatórios.

Este tipo de enquadramento produzia, dentre outros, dois efeitos perversos, o primeiro o de focar a criança/adolescente pela ótica da ausência ou da falta, reforçando sentimentos de menos valia. O segundo o de estigmatizar indiscriminadamente o carente e o infrator oferecendo aos dois o mesmo tipo de “tratamento” e o mesmo rótulo – interno da Febem.

A partir do ECA, crianças e jovens, independente da condição social, passam a ser considerados sujeitos e não objetos de direito. Considerados prioridade absoluta na formulação de políticas públicas, às crianças e jovens devem ter assegurados todos os seus direitos e em especial o de serem considerados como pessoas em processo peculiar de desenvolvimento, o que significa que as exigências em relação a eles devem ser relativizadas dada esta condição.

No entanto, a luta pela implantação do ECA, até por impor uma mudança na secular cultura de tutela e subalternidade a que crianças e jovens foram submetidos, avança lentamente no Brasil.

No Estado de São Paulo, o primeiro governo eleito por voto direto em mais de 20 anos, liderado por André Franco Montoro, advogado, humanista cristão vinculado às lutas pela redemocratização de nosso país, constituiu seu secretariado, com expoentes da luta pelos direitos humanos, sobretudo na pasta de Justiça, coordenada por José Carlos Dias (foi Secretário da Justiça do Governo Montoro durante três anos e três meses -1983-1986).

Para a FEBEM, órgão responsável no Estado de São Paulo pelo atendimento de jovens carentes, abandonados e infratores, “menores” portanto em sua dignidade e cidadania, convidou Maria Cecília Ziliotto, depois substituída por Maria Ignês Bierrenbach, que iniciou o processo de desconstrução do modelo repressor-assistencialista herdado do regime militar. No livro “Fogo no Pavilhão”, ela e Emir Sader, apontam as dificuldades que

encontraram para promover mudanças institucionais significativas e como os próprios adolescentes foram e são usados em rebeliões que acabam por justificar as violências praticadas contra eles mesmos.

O sucessor de Franco Montoro, Orestes Quércia eleito governador em 1986, criou a Secretaria do Menor, com recursos orçamentários vinculados a estatais- Dersa/ Banespa/Metro/Sabesp/etc-. O quadro de pessoal contratado por estas empresas, e que mesmo assim conseguiu a proeza de criar programas premiados internacionalmente como a Casa da Criança Renascer, abrigo que atendia crianças vitimadas e vitimizadas e o Circo Escola Enturmando, programa de formação na arte circense instalado nas periferias da capital, São Paulo, atendendo jovens em horário diverso do escolar, complementando a sua educação.

Com a eleição de Luiz Antonio Fleury, e com a promulgação do ECA em 1990, a Febem foi transferida da Secretaria da Família e Assistência Social para a Secretaria do Menor que tentou implantar uma nova filosofia de trabalho nessa instituição, aproveitando a experiência adquirida em seus outros programas. A estratégia utilizada pela Secretaria do Menor em relação à FEBEM pode ser definida pela expressão popular “comer pelas beiradas”. Isto significou não atacar de frente os problemas enfrentados no chamado “circuito de infratores”, com sérias denúncias de violação de direitos, mas sim “entrar” na FEBEM, através do “circuito de carentes e abandonados”.

Assim, com o fechamento da UR, Unidade de Recepção, que cuidava da recepção de toda e qualquer criança e jovem “em situação irregular” (infrator ou não), o processo de identificação de adolescentes carentes e/ou abandonados ficou sob responsabilidade do SOS Criança, serviço originalmente criado para atender denúncias de maus-tratos e abandono e que passou a ser o agenciador de um novo tipo de trabalhador social – o educador de rua. Em relação aos abrigos administrados pela FEBEM, elaborou-se um projeto de desconstrução dos grandes complexos de carentes e abandonados com a entrega destes jovens para suas famílias ou encaminhamento para Casas de Convivência, que atenderiam no máximo 15 crianças ou jovens e inseridas nas redes urbanas nas áreas de educação, saúde e esporte. Em relação ao

chamado circuito de infratores, nó górdio da instituição, a estratégia utilizada foi de inserir atividades artísticas e culturais em parceria com ONG's e arejar o quadro de pessoal com o recrutamento de educadores com o mesmo perfil dos educadores de rua para atuarem na coordenação de oficinas.

Ainda sob o Governo Fleury, ao final de 1992, ano eleitoral, dois eventos quase simultâneos, marcaram um retrocesso na democratização da FEBEM, O massacre do Carandiru e uma mega rebelião no Complexo Tatuapé da Febem, com o incêndio de muitas unidades incluindo o prédio sede da instituição.

Fenômeno impressionante foi assistir dois grupos comemorando este incêndio, alguns por acreditarem que o incêndio do prédio símbolo do modelo repressor – assistencial, representaria o enterro deste modelo, e outro grupo, e este com acerto naquele contexto, convicto de que este evento enterraria as idéias “ingênuas” dos defensores dos direitos humanos.

De fato, após o incêndio toda a cúpula da FEBEM foi afastada, a Secretaria do Menor foi desmontada e seus programas foram entregues a Secretaria da Família e da Criança, que incorporou também a Secretaria de Assistência Social.

Alda Marco Antonio, que liderou a Secretaria do Menor em dois governos, foi afastada e uma delegada de polícia, Deputada Estadual Rosemary Correia que possuía em seu currículo ter chefiado a primeira Delegacia da Mulher do Brasil, assumiu a nova secretaria.

A emblemática escolha de uma policial para chefiar esta secretaria sugeria que a questão da minoridade voltava a ser caso de polícia. Em paralelo a este retrocesso na esfera estadual, a luta pela implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, recebia o apoio de governos identificados com as lutas populares, em especial na Cidade de São Paulo, para a constituição dos Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares, tornados obrigatórios por força de lei.

No entanto, o desmonte dos Complexos da FEBEM que atendiam carentes e abandonados foi por sua vez abandonado e assim ficou durante todo o resto do governo Fleury.

No Governo Covas, eleito em 1994, novo revés. Pressionado pela crise de vagas, os complexos Raposo Tavares e Imigrantes continuam a receber adolescentes infratores e o processo de desmonte do Tatuapé sofre inversão de trajetória com a abertura de novas unidades. Esta crise por vagas atinge o seu ápice ao final da década de 90, com a mega-rebelião ocorrida no Complexo Imigrantes. Pressionado pela opinião pública, o governo Covas demonstra ceder às recomendações da Segurança Pública e inicia um processo de ocupação de cadeias por adolescentes. O apoio das entidades de Defesa dos Direitos Humanos fica abalado e começa uma grande campanha contra a FEBEM.

Paradoxalmente, o governador Covas que tem sua biografia associada às lutas pela redemocratização do país, é o responsável pelo envio de jovens para as cadeias constituindo na prática uma radicalização no enfrentamento da criminalidade juvenil. Se o que caracteriza a área do adolescente em conflito com a lei no Estado de São Paulo no começo do século XXI é a crise por vagas, a partir de 2005 o problema começa a ser enfrentado com a construção de unidades descentralizadas e a devolução das cadeias para o uso de presos adultos.

Durante todo este processo, é interessante notar que a instituição respira, ou seja, é viva; além disso, transpira em momentos de açoitamento institucional, mas, fundamentalmente, a instituição conspira.



## 5. ADOLESCÊNCIA E VIOLÊNCIA

### 5.1 CENÁRIO GLOBAL

Se para a consolidação do modo de produção capitalista foi necessário disciplinar corpos e mentes para que se adaptassem ao funcionamento da máquina, é através principalmente da fábrica e da escola, que esta disciplina vai ser desenvolvida. A este fenômeno de acomodação e auto-controle e tendo como principal referência a obra de Foucault (*Microfísica do poder, Vigiar e Punir*), a sociologia chamou de Sociedade Disciplinar. Se na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, o conceito de risco emerge e é equacionado através da ciência, sendo de competência do Estado a tarefa de gerenciar e controlar os riscos, nas sociedades contemporâneas, onde ocorre a passagem da “sociedade disciplinar para uma sociedade de modernidade tardia”, risco e auto-realização individual tornam-se de algum modo sinônimo, a partir do momento em que a auto-realização pressupõe que o indivíduo se projete no futuro, sem que os resultados dessa projeção jamais sejam conhecidos.”(Peralva,2000)

O fenômeno da globalização ou mundialização ocorridos no final do século passado provocando transformações no processo de produção e circulação de produtos, capital e conhecimento, recoloca a questão da soberania e da governança dos estados nacionais, cada vez mais subalternos a ação das empresas multi e transnacionais.

Em relação às relações societárias, também ocorre um processo de transformação em que, de acordo com Deleuze (apud Monteiro – 2001), em substituição à sociedade disciplinar surge a sociedade de controle, onde o molde da fábrica e da escola é substituído pela modulação.

Neste momento, a estabilidade fornecida pelo emprego com carteira assinada é substituída pelo discurso do empreendedorismo. A vinculação discursiva risco e controle é inerente, mas se inscreve em esferas de análise diferentes, que só podem ser clarificadas tomando-se como base a sociedade do conhecimento, em que a informação é o produto principal de acumulação, modulador fundante dos processos de gestão da produção, hoje acontecimento

sistêmico e simultâneo. (Monteiro, 2001).

Se antes o trabalho definia a pessoa, constituindo a sua identidade, a precarização das relações de emprego tornam o futuro incerto e fonte de estresse e sofrimento. Além disso, a idéia de que o trabalhador também possui “capital”, no caso o seu trabalho, o coloca sob a responsabilidade de assimilar dimensões da prática mercantil - competitividade, melhor preço, menor prazo - em suma, no limite buscar a supressão da concorrência; valores e comportamentos incompatíveis com fundamentos da democracia como os ideais de tolerância, fraternidade, solidariedade.

Partindo de uma perspectiva histórica, podemos afirmar que riscos sempre fizeram parte da existência humana. Existem, no entanto, atividades em que a exposição ao risco é intencional, como observamos nos esportes radicais (surf, bung- jump, vôo livre, paraquedismo, etc). Outras vezes, os riscos se apresentam de forma menos intencional ou associada a situações de vulnerabilidade, como nos casos de gravidez indesejada, do uso de drogas, ou da prática de comportamentos violentos. Dentro da lógica de gestão de riscos é importante ao Estado compreender o comportamento delitivo.

Se o foco é a violência praticada por quem esta à margem da sociedade, a primeira alternativa lógica é relacionar violência e pobreza. Entretanto, se nem todo pobre vira criminoso, a pergunta que surge é: por quê alguns são “vulneráveis” e outros “resilientes”? Em relação ao trabalhador a mesma questão se coloca: por que alguns sucumbem ao processo de banalização do sofrimento tornando-se indiferentes e/ou algozes e outros não?

## 5.2 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO MENOR

A percepção social de periculosidade associada aos jovens das classes populares é um fenômeno relativamente recente. Para Sader (1987) o processo de democratização do país iniciado com a Lei da Anistia em 1979, deixou as forças policiais sem justificativa para seu crescimento exacerbado promovido pelos governos militares. Se, neste momento, não havia mais inimigo interno para combater, parte deste aparelho repressor deveria ser desmobilizado ou, alternativamente, encontrar outros inimigos.

Prevaleceu a segunda opção. Assim, coincidentemente, durante a década de 80, ocorre uma explosão da criminalidade urbana. De acordo com Peralva “o retorno à democracia efetuou-se pari passu com a intensificação sem precedentes da criminalidade” (2000, p.73). Ainda segundo a mesma autora “o crescimento da criminalidade é inseparável da desorganização que afetou as instituições responsáveis pela ordem pública, no curso de uma transição democrática longa e difícil”.

Decorrência desta desorganização foi o aumento da violência policial contra civis e o comprometimento da polícia com o crime. O aumento da violência policial é ilustrada com o episódio do Massacre do Carandiru na casa de Detenção de São Paulo em 1992 e as arbitrariedades cometidas pela polícia paulista e registrada por Caco Barcelos no livro “Rota 66”.

A desorganização do Estado propiciou o aumento do **crime de oportunidade**, ou seja, o aumento de crimes cometidos não por criminosos contumazes; o surgimento de um “discurso social” junto aos criminosos organizados em comandos ou facções e, além disso, a privatização da segurança com o aumento de Empresas de Segurança Privadas agora sem o controle do Estado e em substituição a este.

Além disso, a passagem para a democracia possibilitou a “mutação igualitária” da sociedade brasileira e a construção do “individualismo de massa”, abrindo caminho para outras formas de conflitos socioculturais, com manifestações mais ou menos violentas. Associa-se a isto a socialização dos jovens urbanos em um contexto onde está presente a idéia de que a dimensão do risco é mais importante que no passado. A eclosão do fenômeno do surfe ferroviário exemplifica esta idéia de que ao jovem urbano, o trem tornou-se palco de ‘uma encenação espetacular e profundamente expressiva do risco’ onde busca-se a auto-afirmação e diferenciação. Exemplo de violência de integração, o surfe ferroviário junto a outras formas de participação do jovem na sociedade de massa, “não podem ser completamente separadas de uma delinqüência de oportunidade que com elas se confunde, nem dos fenômenos de justiça ilegal de que os jovens são com freqüência vítimas.” Peralva (2000, p. 73)

Na sociedade moderna, a juventude é compreendida como um tempo de construção de identidades. No entanto, a condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em função da origem social, dos níveis de renda, das disparidades socioeconômicas entre campo e cidade, entre regiões do mesmo país, entre países, entre continentes e hemisférios.

Além disso, os jovens se diferenciam pelos pertencimentos associativos de grupos, como torcidas organizadas, “tribos”, etc. Estes demarcadores de identidades, podem tanto aproximar, como separar os jovens originando disputas e conflitos.

Em um contexto de crise social, com o aumento de risco de desemprego, com o aumento da sensação de insegurança, as incertezas sobre o futuro atingem de forma mais contundente a estes jovens que, na impossibilidade de construir projetos de longo prazo, vivenciam o aqui e agora como se não houvesse amanhã.

Em suma, a desorganização do estado e com isso uma generalização do crime e uma banalização da violência, projeta “uma sombra sobre os conflitos sociais vinculados aos aspectos mais positivos da democratização” Peralva (2000, p73).

Neste contexto, a manutenção e até o reforço das forças de segurança, passa a ser, convenientemente, o desejo da sociedade brasileira modulado pelos meios de comunicação de massas. Sem discutir neste momento se o aumento da violência é real ou resultado da maior exposição dos crimes pela mídia, o resultado concreto é o clima de insegurança que perpassa toda a sociedade. Neste cenário cria-se ou reforça-se a imagem do adolescente infrator.

Hoje, com o acirramento da globalização, esse jovem que antes se aventurava para subverter o sistema, para se sentir vivo diante do consumo alienado, usa a violência como busca de pertencimento. Freitas, 2009 apud Martins:

Estes grupos diferenciam-se na medida em que, ao afirmarem os fins dessa sociedade, negam os meios que para eles tornaram-se inacessíveis. No limite, podem usar meios ilícitos para obter os recursos de que necessitam para integrar-se: o tráfico, o roubo, a violência, os meios transgressivos de participação. A deterioração dos valores éticos que

deveriam permeiar as relações sociais, e que daí resulta, já produz seus desastrosos efeitos na socialização anômica das gerações, na vivência cotidiana atravessada pela violência. ( 2002, p.39)

A partir destes elementos, é possível compreender os aspectos multifacetados da violência que se enraizou nas comunidades mais vulneráveis na década de 80, que gera um ciclo perverso na sociedade, onde o medo, a insegurança e a descrença nas autoridades constituídas, fomentam a generalização do desrespeito às regras sociais e, por outro lado, faz com que essa mesma sociedade anseie por medidas que recomponham a ordem social.

### 5.3 REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E AS FORÇAS DA ORDEM

As estratégias de controle social executadas pelos órgãos de repressão do regime ditatorial, com a presença ostensiva e ruidosa das Polícias Militares “primeiro atirando e depois perguntando” e as “técnicas” de investigação da Polícia Civil, que não raro admitiam o uso de tortura no combate aos “inimigos internos”, são continuadas, agora com o preso comum.

Em relação a estas praticas, a situação agrava-se pela tolerância de boa parte da população em relação à violência policial. A este propósito convém lembrar-se da divisão na opinião pública por ocasião da invasão do Carandiru em 1992. “Na época, a sociedade brasileira se viu dividida, pois muitos defendiam a ação da policial afirmando que só assim a criminalidade diminuiria” (TORRES, et alli – 2007).

Ações policiais deste tipo, denominadas por Leon, Carneiro e Cruz (1999 apud TORRES et alli – 2007) de ações extrajudiciais, caracterizam-se por serem praticadas por agentes do estado e violarem princípios básicos de legalidade, pondo em risco o estado de direito.

Segundo Torres (2007), a tolerância da sociedade com as arbitrariedades cometidas por quem tem por obrigação defender a lei, a polícia, pode ser considerada resquício do período militar onde para defender a segurança nacional “tudo poderia ser feito”.

De certo modo, os agentes das instituições que atendem adolescentes infratores, também legitimavam violências eventuais e/ou sistemáticas

baseados na mesma lógica do “**justiciamento**”, considerando-se instrumento do estado e da sociedade.

Este endosso fornecido pela sociedade para ações extrajudiciais pode ser observado em pesquisa realizada por Torres (2007) com estudantes goianos. De forma geral, o que estas pesquisadoras observaram é que o grau de aceitação da ação policial está diretamente relacionado com o grau de violência praticada pelo autor do crime investigado. Ou seja, quanto mais brutais os crimes investigados, mais lenientes em relação à violência policial são os julgamentos dos entrevistados.

#### 5.4 OS SABERES

As transformações no processo de produção e circulação de conhecimento observadas no final do século passado e no início deste, se por um lado democratizaram o acesso à informação através da Internet, por outro, apresentam como subproduto o a obsolescência dos saberes e a constituição de “modismos teóricos” que mudam conforme as estações do ano. Deste modo, manter-se atualizado, para além da óbvia necessidade prática, torna-se questão de sobrevivência no mercado de trabalho. Em razão disso, muitas vezes, em especial entre os profissionais vinculados às Áreas Humanas, na impossibilidade de atualizar-se e afim de não expor a “precariedade” de sua formação, opta-se por adotar o discurso dominante no seu meio, sem efetivamente modificar sua prática. Não se trata aqui de opor teoria e prática, pois uma não subsiste sem a outra, mas de ressaltar a distinção entre discurso e teoria.

Neste sentido, o espaço público para discutir àquilo que se faz e dessa forma ressignificar as práticas, ou seja, as reuniões de equipe, os encontros e congressos, perdem o seu caráter pedagógico em detrimento do teatro, do jogo de cena, da utilização do melhor discurso. Uma das conseqüências deste esvaziamento de sentido encontrado nos discursos da “vez”, é o refluxo nos espaços de participação política, pelo desencanto que gera em quem, de forma angustiada, busca respostas para os dilemas decorrentes do exercício profissional.

Ligado a isto é o abandono da “ágora” e o fortalecimento dos diferentes reducionismos que impedem a construção de saberes. Destes os mais limitadores são o reducionismo disciplinar que delimita campos de saberes legitimando/deslegitimando quem pode ou não se pronunciar a respeito “de”; os reducionismos setoriais que delimitam de quem é a competência “para”, e o reducionismo corporativista, que determina quem é o responsável pelo “que”.

Um dos caminhos para recuperar a qualidade dos espaços de discussão é a construção de práticas interdisciplinares, complementares e solidárias. Isto só é possível abandonando-se os reducionismos acima de forma que o outro possa ser o espelho “não-narcísico” que me permita re-construir o significado de minha prática.

Lidar com a complexidade do fenômeno da violência associada à adolescência é tarefa para muitos, construir conhecimento que contribua para a sua superação implica em preparar pontes entre os diferentes atores, profissionais, juristas, intelectuais, governantes, etc. Estes atores tratarem-se como inimigos é o melhor caminho para perpetuar as injustiças.

## **6- OS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS**

### **6.1 O ADOLESCENTE**

Para o propósito deste trabalho, compreender este adolescente é fundamental. A questão crucial é conhecê-lo na forma como se apresenta no ambiente institucional e mais do que isso, saber qual é a percepção que possui em relação aos profissionais que atuam junto a ele. Por isso, apesar de não se caracterizar pelo rigor científico, as próximas afirmações estão apoiadas na observação e convivência com estes jovens nos últimos 24 anos, fruto de meu trabalho na Fundação Casa.

Alguns desses jovens chegam à Fundação CASA desorientados quanto à sua condição de interno, não se considerando ainda perdedores mediante as possibilidades de consumo e poder que a prática do roubo ou do tráfico, na sua maioria, lhes conferiam.

Adentram a instituição cheios de confiança e se vangloriam de pertencer à vida infracional. Num tom agressivo e desafiador afirmam ter escolhido a vida do crime para si como meio de conseguirem tudo o que desejam sem necessitar de ajuda dos outros – leia-a aqui pais e instituições governamentais ou não governamentais que buscam ser uma rede de apoio social a crianças e jovens em estado de vulnerabilidade e risco social.

Para alguns, a responsabilidade por seu envolvimento infracional é motivada pela condição social da família; outros afirmam ser uma opção de vida muito mais rentável e empolgante que a vida honesta de um trabalhador.

Na rotina da instituição consideram os trabalhadores do setor de segurança e disciplina como inimigos, já que no imaginário deles os profissionais que atuam nesta função possuem o papel de polícia interna.

Em relação ao setor pedagógico, os profissionais são tratados em geral sem hostilidades o que não impede que em algumas vezes, sejam considerados chatos que os obrigam a ir à escola e a desenvolver atividades que muitas vezes não desejam fazer.

Em relação ao setor psicossocial, este é percebido como sua chave para



a saída. Conferem muitas vezes a estes a responsabilidade de resolverem todos os seus problemas e suas insatisfações sejam nas atividades cotidianas, de ordem familiar, pessoal ou não.

Nesse processo de internação buscam mostrar merecimento para a liberdade através de bom comportamento que muitas vezes é interrompido diante de uma contrariedade. Segundo Costa (2002) o adolescente internado tende a dissimular, buscar ações e protestar a sua maneira. Nas relações pessoais alternam a postura de “bandidos”, usando de intimidação e ameaças, com a condição de “vítima” elaborando simulacros e compensações, buscando algum favorecimento na instituição de maneira desorientada.

## 6.2 AS FAMÍLIAS

As famílias dos adolescentes atendidos geralmente chegam à unidade fragilizadas. Não bastando a situação de preocupação acrescenta-se o sentimento de fracasso aos olhos da sociedade, que as responsabiliza pelo comportamento dos seus filhos. Passam a negar que o filho possa estar envolvido por escolha própria, colocando a culpa na influência negativa dos amigos ou em transtornos emocionais como a separação dos pais, a morte de um ente querido, casos de abusos e violência ainda na infância. Algumas admitem que a situação de pobreza e vulnerabilidade social levou o filho a essa situação, entretanto buscam deixar a imagem de que são contra as práticas do filho e que já o haviam orientado sobre o futuro em uma instituição.

Uma característica marcante das famílias dos jovens que estão sendo internados no início desse século é a existência de família monoparentais, tendo como chefe de família as mulheres. Gomes, (2006) salienta:

Outro aspecto que também aponta para a questão da família monoparental chefiada por mulheres, como mostra o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, é o fato de o trabalho da mulher ser menos valorizado que o do homem. Em média, o salário das mulheres equivale a 63% do salário dos homens. E, em geral, as mulheres ocupam predominantemente funções de baixo salário e baixo prestígio. Nessas famílias compostas por mãe e filhos, as crianças entram muito cedo no mercado de trabalho, o que resulta em mau aproveitamento na escola e em alto índice de repetência. Quase todas as crianças abandonam a escola muito cedo e se transformam em analfabetos funcionais o que tende a contribuir para manter a pobreza. (p.76)

As mulheres, independente da nucleação, sejam clássicas ou

monoparentais, trazem dentro de si a culpabilização pela situação da família e do filho, passam a assediar o setor psicossocial, como a desejar que respondam onde erraram e o que podem fazer para tirar o filho da instituição mais cedo. Gomes (2004) explica:

As mulheres acabavam sendo responsabilizadas pelo fracasso ou sucesso da família. Isto porque é através delas que os programas sociais adentram as famílias, seja através das reuniões que elas freqüentam, dos grupos que integram, das visitas domiciliares que recebem, ou mesmo, através das entrevistas individuais de que elas participam junto às instituições gestoras dos programas sociais. (p. 29)

Mioto (2004) ressalta que como historicamente a mãe sempre foi responsável pela educação e cuidados dos filhos na concepção funcional da família, caiu sobre ela toda sorte de julgamentos morais. E os serviços sociais do governo infelizmente ainda trabalham nessa linha. Resquício de políticas públicas nacionais da época da escravidão que ligam intrinsecamente a história do menor infrator à mãe. Rosemberg 1999, cita Vinelli, 1879:

Agora que (...) um grande número de mulheres que quando escravas trabalhavam para seus senhores que por sua vez eram obrigados a lhes dar alimentação, domicílio e vestuário, a cuidar da sua saúde e da de seus filhos, ganhando liberdade, vêem-se não poucas vezes abandonadas com filhos pequenos, que ainda mamam, sem ter quem os sustente, na indeclinável e urgente necessidade de procurarem pelo trabalho, ganhar meio da própria subsistência e de seus filhos (...). Não há senhora alguma dona de casa, que ignore a extrema dificuldade que encontra uma criada, por exemplo, em alugar-se quando traz consigo um filho a que amamenta. (p. 12,13)

Temos a complementação desse contexto em Kuhlmann Jr. 1991 Também citando Vinelli, 1881:

Que tarefa não é a de educar o filho de uma escrava, um ente de uma condição nova, que a lei teve de constituir sob a condição de ingênuo! Que grave responsabilidade assumimos conservando em nossa lar, junto de nossos filhos essas criaturinhas que hoje embalamos descuidosas, para amanhã vê-las convertidas em inimigos de nossa tranquilidade, e quiçá, mesmo de nossa honra! (p. 19)

A PNAS (2004) Política Nacional de Assistência Social, apresenta outra visão sobre essas famílias e a situação de exclusão:

Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sócio-cultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedoras de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida (p.29).

Gomes (2006) alerta para a questão de que essas pessoas não dispõem de qualificação para o enfrentamento de novas exigências do mundo contemporâneo, e que se sentem frágeis ante a sociedade contemporânea que se constitui numa verdadeira mutação, em virtude da aceleração tecnológica e econômica que tomou conta do planeta.

Este conjunto de considerações sobre a família, especificamente sobre a atuação da mãe, quando tem o seu filho (a) na instituição, apesar do clamor emocional, potencializa uma pressão sobre o setor psicossocial para que os filhos sejam desinternados. Contudo, sem que se apresente qualquer perspectiva de mudança na relação com seus filhos, sem nada a oferecer a esses jovens para que não voltem a infracionar.

### 6.3 JUDICIÁRIO

No Brasil o judiciário sempre esteve presente nas discussões sobre a questão da criança e do adolescente, geralmente pobres, que se apresentavam como um perigo para a manutenção da ordem social. No início do século XIX as discussões mergulhavam em questões sanitárias de higienização social. Segundo Santos (2006):

No Brasil, médicos e juristas denunciaram a negligência do governo em relação à infância como uma ameaça ao futuro da nação. Pensar formas de recuperar e corrigir levou à formulação de um discurso produzido por juristas e à proposta de soluções. Ao discutir o problema, os juristas apropriaram-se do discurso médico, apontando a criminalidade como resultado de um caráter hereditário sem considerar o aspecto econômico-social. Dessa forma, procuravam explicar cientificamente o fenômeno da criminalidade e propunham que se cuidasse da saúde moral da população pobre a fim de impedir a manifestação de tendências criminosas herdadas hereditariamente. (p 48)

Ainda no início do século XX,

A autoridade do juiz assumiu o papel principal com poderes absolutos. Era dispensado o devido processo legal, pois ao mesmo tempo o juiz atuava como “protetor”, como “promotor, como “investigador” e como “defensor” de menores ou seja, ele estava acima do bem e do mal. A figura especializada do juiz de menores veio responder juridicamente às questões sociais, isto, é os problemas de ordem social, foram judicializados passando a ser objeto de intervenção e de controle social. (p.60)

Silva (2005) ressalta que

A centralidade do direito tutelar (proteção do estado) é caracterizada por não separar os procedimentos jurídicos que envolviam menores infratores, do que envolvem os abandonados, passando os menores a ser objetos de intervenções judiciais, despojados de todas as garantias formais do devido processo penal, isso porque o objetivo central era a prevenção dos desvios da crianças e do adolescente. “O que estava em jogo era o ideal da sociedade a ser construída” (2005, p. 62)

No período da Ditadura Militar apesar da reforma do código do Menor em 1979 e a criação da FUNABEM (Fundação Nacional para o Bem Estar do Menor), o caráter assistencial, preventivo se manteve e se impingiu um ciclo perverso de institucionalização compulsória. Os juízes mantiveram poderes ilimitados e ampliou-se o poder tutelar do estado sobre os menores.

Essa situação começou a mudar a partir da instauração do Sistema de Garantia de Direitos preconizado pela Constituição de 1988 e pela criação legal do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

Segundo Silva (2005) estabelece-se a visão jurídica da responsabilidade penal do adolescente (Direito Penal Juvenil). O ato infracional, o delito do adolescente passa a ser tratado como um ato de natureza criminal e não de natureza antissocial.

A garantia de direitos no processo legal acaba por efetivar um conjunto de direitos que já beneficiavam o adulto: devido processo legal, princípio do contraditório, ampla defesa, da presunção da inocência, da assistência jurídica, da presença dos pais ou responsáveis nos procedimentos judiciais, confrontação de testemunha, habeas corpus, entre outros.

O infrator perante o judiciário deixa de ser tratado como caso de assistencialismo, pobreza ou situação irregular, balizando juridicamente a intervenção do sistema de administrativo da justiça juvenil. O juiz não possui mais o livre arbítrio para fazer o que desejar. Está cercado agora pelo promotor, pelo defensor público, assistente judiciário e o psicólogo judiciário, além de ter em suas mãos os relatórios de acompanhamento do adolescente internado produzido pelo setor psicossocial da Fundação CASA.

Apesar de toda essa reestruturação o jovem infrator vive a questão da prevenção e punição social que é vista como uma questão de inadaptabilidade social. Frasseto (2002) chama a atenção para uma peculiaridade.

Costuma dizer-se, no direito, que as leis envelhecem, mas a jurisprudência se mantém sempre atual. No âmbito da infância e juventude, no entanto, encontramos uma interessante exceção: podemos dizer que a lei é nova, mas a jurisprudência, especialmente a dos tribunais estaduais, está envelhecida, carregada de pensamentos rançosos construídos ao longo de nossa história. Assim, embora o ECA reconheça crianças e jovens como sujeitos de direitos, as decisões e práticas diárias contrariam essa diretriz, reiterando os princípios menoristas dos códigos anteriores. O Estado não apenas conservou sua rotina de invasão na vida dos indivíduos, mas a envolveu em um discurso que a proclama como direito dos jovens autores de infração, “algo em seu exclusivo valor instituído, destinado a protegê-lo do mal e de si mesmo, a tutelá-lo” (2002, p. 168)

Os juízes apesar de possuírem a palavra final ouvem todas as partes envolvidas, entretanto as discussões ainda estão pautadas no comportamento do jovem antes e durante seu período de internação para ser decidida sua desinternação ou permanência.

## 6.4 OS TRABALHADORES DA FUNDAÇÃO CASA

### 6.4.1 O Gestor

Quando falamos em gestão falamos mais diretamente sobre administração. O gestor de uma unidade socioeducativa está voltado para a administração dela por inteiro. Apesar de o adolescente ser o foco dessa administração, garantir não somente o bom atendimento dele, mas boas relações de trabalho entre os setores é fundamental. Isto significa coordenar os trabalhadores diretos e também os indiretos.

Em São Paulo, o modelo de atendimento considerado ideal é o que se chamou de Gestão Compartilhada, onde parte dos recursos humanos, ( Diretor, Encarregado Técnico e Agentes de Apoio Socioeducativo) é contratado diretamente pelo Estado, e outra parte, ( Psicólogos, Assistentes Sociais, e Agentes educacionais) contratados por uma Organização não Governamental conveniada ao Estado. Além destes profissionais atuam ainda Professores, vinculados à Secretaria da Educação, Auxiliares de Serviços e Vigilantes Patrimoniais, estes dois últimos sem vínculo direto com o adolescente.

Houve uma época em que não havia critérios claros para que uma pessoa assumisse a direção de um centro socioeducativo. Por ser cargo de livre provimento, sem necessidade de concurso público, muitas vezes este cargo foi ocupado por pessoas sem experiência em administrar um equipamento de privação de liberdade. Gestores vindos de outras áreas como da Administração Penitenciária ou da Educação, também foram convidados pela instituição que buscava encontrar um ponto de equilíbrio entre manter a disciplina e segurança e ao mesmo tempo atender a exigências pedagógicas.

Segundo o Plano Estadual de Atendimento socioeducativo:

Este modelo enfrenta o maior desafio no atendimento de adolescente privados de liberdade: o de superar o tratamento oscilante entre a contenção e a educação. Isso significa oferecer um atendimento sócio educativo e haver adesão do adolescente a esse atendimento e não somente determinação legal. Implica reconhecer a necessidade de romper com a visão de disciplina, enquanto conceito autoritário e punitivo, mas entendê-la como elemento necessário e obrigatório no desenvolvimento de ações educativas. Nesse sentido pauta-se o conceito amplo de educação, tendo a disciplina e a auto disciplina como norteadores, na concretização da medida socioeducativa, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. (SINASE 2006, p. 21-22)

Atualmente, a escola de capacitação da própria Fundação Casa passou a desenvolver um trabalho específico para a formação de gestores buscando valorizar funcionários de carreira.

Os gestores que assumem as unidades da Fundação CASA atualmente vivenciam mais fortemente a implantação de uma linha predominantemente pedagógica e com a necessidade de elaboração de um Projeto Político Pedagógico sério, que articule todas as ações desenvolvidas na unidade. Isto representou a valorização de todos os setores, pois todos trazem saberes importantes para a construção da ação pedagógica junto ao adolescente. Neste sentido, a abordagem sistêmica não diminui o olhar do especialista, mas complementa esta visão do adolescente também pelos olhos da segurança, da saúde e da pedagogia.

Segundo Segabinazzi (2006), a função primordial do gestor público no trabalho com os vários setores, deve ser fazer com que o servidor não seja levado a se responsabilizar e a se recriminar pelo fracasso de seu trabalho, ou, em uma atitude oposta, mas também nociva, não se exima de sua responsabilidade na prestação do serviço público. Para isso é necessário que o gestor se responsabilize por apresentar a contrapartida institucional ao trabalho de cada servidor, seja através do reconhecimento, mas principalmente demonstrando a importância da sua responsabilidade para com seu patrão legítimo, o povo brasileiro.

Além de atuar junto aos servidores, o Diretor da Unidade também é o tutor legal do adolescente. Para isto, através da pasta de acompanhamento do adolescente o gestor conhece sua história, auxilia nas intervenções com o adolescente quando necessárias e junto ao juiz em casos especiais.

#### 6.4.2 O Setor de Segurança e Disciplina

Em relação aos agentes de apoio sócio educativo, responsáveis pelo

acompanhamento diuturno dos jovens, é preciso ressaltar que junto com o processo de redemocratização do país, este cargo é o que mais tentativas de alteração sofreu gerando até uma “crise de identidade”. Entre 1886, e hoje, 2010, somente no Estado de São Paulo, a nomenclatura do cargo passou por cinco mudanças (inspetor de alunos, monitor, agente de apoio técnico, agente de segurança e agente de apoio socioeducativo). Não é raro ouvir em conversas informais pelos corredores das unidades:

*“Olha, eu tenho 20 anos de FEBEM e sou de uma época em que monitor era segurança. Ser forte, grande, e saber bater era o importante para trabalhar na instituição. O que eu vejo é que a mudança de nome aconteceu porque hoje a FEBEM não quer mais o funcionário truculento, ela deseja gente que saiba trocar ideia com o adolescente e a palavra segurança traz um peso negativo muito grande”.*

De inspetor da ordem para monitores que auxiliavam promovendo algumas atividades pedagógicas para os adolescentes, eles viraram agentes de segurança, agentes de apoio técnico e hoje são agentes de apoio socioeducativo. Daí falas como:

*“Eu entrei aqui como segurança e sinceramente não acho certo fazer a mudança de nome se o nosso serviço é o mesmo. Se você não tiver uma visão de segurança e trabalhar a disciplina a casa desanda. Chamar a gente de agente socioeducativo não muda a população com que trabalhamos e por isso, não muda a nossa função.”*

Alguns agentes socioeducadores (antigos monitores) relatam que entraram em uma FEBEM na década de 80 onde ser forte, carrancudo era um requisito importante para ser aceito. Aprenderam a trabalhar na contenção constante. Trazendo resquícios da ditadura militar trabalhavam com a visão de que os adolescentes eram bandidos. Gritar e impor o respeito pelo medo era fundamental e usar da força diante de qualquer ato de indisciplina, natural.

Com as modificações ocorridas com a redemocratização do país agora impulsionadas pelo ECA e doravante pelo SINASE, um trabalho diferenciado passou a ser feito nas capacitações dos novos funcionários e isto é fundamental para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico.

*“A disciplina dever ser considerada como instrumento norteador do sucesso pedagógico tornando o ambiente socioeducativo um pólo irradiador de cultura e*

conhecimento não ser vista apenas como um instrumento da manutenção da ordem institucional. (SINASE 2004, p. 48)

Deve-se destacar que a função de garantir a segurança e a disciplina ainda é o diferencial no papel deste profissional e as rebeliões que continuam existindo acabam de alguma forma por referendar que os adolescentes necessitam, às vezes, de atitudes mais contundentes do que apenas o diálogo.

#### 6.4.3 O Setor Pedagógico

O setor pedagógico é responsável pela implantação e coordenação de cursos, aulas, atividades culturais, esportivas e profissionalizantes. Ao funcionário deste setor ficou a incumbência de acompanhar o adolescente em todas as atividades pedagógicas, ministrar oficinas, realizar atividades com as famílias, acompanhar plantões de fim de semana, participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, acompanhar sala de aula, alimentar a pasta pedagógica, entre outras coisas.

Segundo o Sinase, para que essas atividades possam ser feitas com resultado, devem focar o Plano Individual de Atendimento, onde através de uma análise do perfil do jovem esse seria incluído nas atividades que possibilitariam um crescimento humano, cognitivo, de suas habilidades e competências.

#### 6.4.4 A Saúde

Cabe ao setor de saúde cuidar de exames médicos, de atender as queixas, garantir atendimento odontológico, ministrar remédios, acompanhar atendimento externo do SUS, etc. Ao setor de saúde cabe marcar a consulta, acompanhar o adolescente, administrar as prescrições médicas. Cabe também ao setor de saúde observar quando o medicamento está sendo usado como algema química para algum adolescente com problemas de sociabilidade. Uma reclamação comum deste setor é que as unidades não são preparadas para receber adolescentes com problemas mentais. O atendimento básico é realizado dentro da própria unidade, normalmente uma vez por semana. É um setor constantemente pressionado por jovens queixosos, pois o atendimento de



saúde nos demais dias, é feito quase que exclusivamente nos equipamentos públicos, externos à unidade, o que implica em risco de fuga, sendo portanto evitado.

#### 6.4.5 O Setor Psicossocial

Apesar da instituição ter um corpo multiprofissional extenso para cuidar do adolescente é sobre os profissionais técnicos de Serviço social e Psicologia que se dirigem os olhares do adolescente, da família e do judiciário, exigindo uma intervenção exitosa durante o período de internação do adolescente. São eles os responsáveis por produzir relatórios que embasam as decisões dos Juízes sobre qual a medida mais adequada para determinado jovem e após algum tempo se a mesma já cumpriu com eficiência sua finalidade.

A questão da impotência diante da baixa resolutividade de alguns casos pode gerar sentimentos de incompetência. Um caso exemplar de baixa resolutividade é o de um jovem atendido na Fundação Casa e que é emblemático das dificuldades encontradas por estes profissionais. Trata-se de jovem internado pela prática de homicídio. Segundo relato do jovem, seu padrasto, a “vitima” do homicídio, abusava sexualmente do mesmo desde os seus 10 anos de idade alegando atender determinação de seu “pai de santo”. No dia do crime, o jovem já com 17 anos, matou o padrasto, cortou seu órgão genital e deu para o seu gato comer. Posteriormente, este jovem foi encontrado por criminosos de seu bairro e após ser espancado, recebeu diversos tiros e teve o seu pescoço cortado. O jovem ferido foi encontrado por transeuntes que o encaminharam para o Hospital local onde foi localizado pela policia e depois preso. Segundo o jovem, os criminosos que o agrediram e quase mataram, o recriminaram por ter praticado um homicídio sem autorização, sendo condenado a também morrer. Apesar da bizarrice da situação, os relatos do jovem são corroborados por Boletim de Ocorrência que, no entanto, não registra indícios do suposto abuso sexual.

Lidar com um caso como este exige do profissional compreender e elaborar sentimentos mais diversos. O primeiro deles é a identificação com o jovem, marcado por cicatrizes visíveis e invisíveis, vitima de um suposto abuso e que finalmente reagiu. O segundo sentimento é o da repulsa pelo modo como

o assassinato foi praticado. Outro sentimento é o de indignação diante do justiciamento praticado por bandidos que se arrogam o direito de substituir a lei. Mas o pior sentimento de todos é o de não saber o que fazer diante de um jovem tão precocemente desumanizado e morto em vida.

Na relação direta com os setores é possível perceber que a pressão que o setor psicossocial mais sente diz respeito a:

#### Disciplina do adolescente

Alguns técnicos se ressentem por perceberem certo distanciamento com os outros setores que trabalham diretamente com os jovens dentro da unidade acompanhando as atividades pedagógicas e mantendo a disciplina. Estes setores, em especial o pedagógico e segurança, sugerem que a indisposição e mau comportamento do adolescente é resultado da não disponibilidade do setor psicossocial, que não atende o jovem na hora que ele deseja. Este tipo de acusação passa a impressão de que o técnico está para servir esse adolescente sempre que o mesmo desejar e no momento em que for solicitado. Outros funcionários levantam a questão de que a simples presença das técnicas no pátio inibe o mau comportamento do adolescente que necessita mostrar-se obediente para ir embora. Elas necessitariam estar atentas a tudo o que os jovens fazem, principalmente porque alguns fingem bom comportamento no atendimento e aprontam longe dos olhos do setor. O que levanta o questionamento: Qual é o valor do relatório atualmente produzido se ele não traduz o cotidiano do jovem na unidade? Estaríamos fazendo um trabalho de emancipação do adolescente ou apenas referendando práticas negativas e impróprias para a proposta de trabalho socioeducativa? Será que o melhor papel para o técnico é ser agente de coerção para a manutenção da disciplina?

#### Socialização da história do adolescente

Por questões de ordem ética o profissional do setor psicossocial tem a orientação de não divulgar informações sobre a pasta do adolescente a não ser para sua chefia imediata. Isto gera um mal-estar com os demais setores que

acham que estas informações mantidas em sigilo talvez viessem a ajudar no trabalho de quem passa horas com o adolescente. No entanto, como os setores de segurança e pedagógico apenas elaboram relatórios fatuais, descritivos, não são preparados para manter sigilo sobre dados processuais que estejam sob o manto do segredo de justiça. Quando esses profissionais adentram a Fundação Ihes é colocado que não saber da vida do adolescente é uma maneira de olhá-lo como um adolescente normal como outro qualquer sem julgamentos morais. Será isso possível? Já que a própria sociedade estigmatiza o menor infrator e fazemos parte da sociedade?

Os profissionais destes setores são unânimes em afirmar que saber um pouco da história do adolescente através do setor psicossocial ajuda a compreender muitos de seus problemas, momentos de crises, atitudes desajustadas.

São comuns relatos do tipo:

Eu já estava pegando birra do menino. Mal podia vê-lo que me irritava e ele parecendo perceber isso, fazia questão de comprar discussão comigo. Um dia conversando com a técnica ela me contou sua história de vida. Fiquei sensibilizado e passei a olhá-lo de outra maneira e suas atitudes não mais passaram a me irritar. Eu consegui ter mais paciência para com ele e até ouvi-lo em momentos de crise.

Outro ponto relatado por estes funcionários é que as informações parecem um tesouro guardado a sete chaves que de alguma forma dão maior poder ao setor. Entretanto é conhecendo o outro que abrimos espaço para o vínculo que possibilita o início do processo educativo. Paulo Freire (1983) já nos alertava que enquanto houver hierarquização e não uma aprendizagem dialógica não haverá ação emancipatória e sim uma disputa de valores onde o oprimido sonha em alcançar o lugar do opressor. E isso vale tanto na relação entre setores como com os adolescentes.

Uma forma de minimizar estes problemas é a promoção de reuniões multidisciplinares que discutem a evolução do jovem para se resolver a continuidade da medida de internação e que também acabam levantando a questão da história do adolescente. Os profissionais que participam da discussão de caso, afirmam que após quatro ou cinco meses já construíram uma visão do adolescente que acabam por ter de desconstruir quando dados

sobre sua vida anteriormente ocultados são colocados na discussão diante de um impasse. Outras vezes acabam por ter de investigar alguns dados que não batem com os dos técnicos para saberem até onde se complementam ou é fruto da imaginação do jovem. No momento do relatório técnico conclusivo, muitas vezes os técnicos do setor psicossocial chegam com um posicionamento “fechado” por terem o histórico do menino nas pastas, enquanto para os outros setores sobra a discussão do bom comportamento e da participação nas atividades. O que seria relevante para todos saberem e o que não seria? Fica nas mãos do setor psicossocial encontrar um ponto de equilíbrio para que erros éticos não aconteçam. Para reflexão fica a fala de uma colega em uma reunião:

Eu acho engraçado que é tanto segredo guardado a sete chaves e às vezes, o adolescente fala mais da vida dele para gente e para o segurança do que para a técnica. Acredito que tenham informações sigilosas, porque não fazer juízo de valor é difícil, mas como passamos muitas horas com eles isso poderia fazer a diferença sim no trato para com eles.

## Relatórios

Apesar dos outros setores contribuírem através das discussões de caso para a elaboração do relatório e do setor pedagógico em especial enviar junto um relatório educacional, é consensual que quem tem o “poder da caneta” é o setor psicossocial. Os funcionários de todos os setores referendam essa situação e transmitem isso ao adolescente, que enxerga nos técnicos sua porta de saída para o mundo fazendo todo tipo de pressão e chantagem emocional.

Por outro lado não dá para negar que o setor psicossocial talvez tenha incorporado inconscientemente esta mística do poder da caneta, pois diante da implantação do diagnóstico polidimensional na Fundação Casa, dando relevo aos aspectos atitudinais do jovem, muitas desavenças aconteceram, pois os olhares sobre o adolescente conflitavam. Esse choque com alguém que tem outra argumentação sobre o adolescente pode diminuir com a implantação da discussão de caso pela equipe multiprofissional.

Os relatórios também abrem discussão sobre a questão da reincidência, daí ouvir pelos corredores das unidades frases como:

Se o menino voltar, elas em parte são responsáveis porque se sabem que dificilmente o menino ficará sem retornar que o deixem mais um tempo internado. Amadurecer leva tempo, ainda mais adolescente. Possuem sua parcela de culpa, afinal ficam horas sentadas analisando os casos, as pastas, os entrevistam sempre. Dá para não ser responsável? “

## A baixa resolutividade

Uma intervenção focada exclusivamente na questão econômica não basta para reverter uma situação de pobreza/exclusão, quando ela já irradiou suas mazelas para outras dimensões da existência. (Freitas, 2009, p. 23)

O pobre tornou-se cúmplice do mundo que o fez pobre, pois descobriu que na sociedade contemporânea, a realidade social é uma máscara que possibilita a “plena e impotente integração social” de muitos, uma vez que a “aparência e o aparente e, portanto, o disfarce, tornam-se essenciais” (Martins 2002, id.ibid., p. 37)

Analisando as cobranças sobre os trabalhadores dos centros de internação de jovens, em especial sobre o setor psicossocial, é possível perceber que é como se toda a sociedade dissesse: “Façam o adolescente dar certo”. Mas dar certo em que, no que, como, onde, em que situação social?

Quando analisamos o trabalho de todos os setores e em especial do setor técnico é possível perceber que o centro de internação não atende o jovem no grau e intensidade em que sua vida se encontra. Preconiza-se que o adolescente volte e se enquadre na ordem social, não mais se marginalizando em relação à sociedade, como se os demais condicionantes sobre a vida do jovem estivessem equacionados. Mesmo no ambiente institucional, existe um linguajar e regras próprias dos jovens e que passam despercebidas pelos adultos. Entretanto uma psicóloga colocou em um encontro do setor na escola de capacitação em 2009 uma frase marcante:

“Não imaginava que os adolescentes tivessem uma cultura própria, isto é que não foi determinada pelos educadores/monitores/agentes, que se mantém independente dos esforços de uma equipe de trabalho, que se verifica em qualquer unidade, por mais distante que seja uma da outra.”

Cultura que carimbada como negativa para a estrutura social vigente é também estigmatizada por aqueles que buscam na educação o caminho para

mudanças. O adolescente entra em uma unidade de internação para ser moldado como no século XIX. A estrutura diz a ele o que necessita para ser reinserido à sociedade e cabe ao jovem aceitar e ir embora mais rápido ou não e prolongar sua estadia. Situação esta que estimula o cinismo no jovem ou a rebeldia daqueles que acreditam ingenuamente que podem enfrentar o mundo, o que acaba deflagrando situações de violência entre ele e funcionários do setor de segurança.

Quando falamos de um centro sócio educativo é possível fazer uma correlação com o que Riscal (2009) reflete sobre a escola:

... não pode estabelecer um modelo único e homogêneo de conhecimento que não leve em consideração as diferenças culturais, étnicas, de gênero, etc. [...] Mais do que isso.. não pode desejar eliminar essa cultura e diferença ou ignorar a sua presença na produção do conhecimento... (p. 84)

Bastante complicada é a situação do Psicólogo que apesar de que não poder fazer atendimento psicoterapêutico com o adolescente, dado o enquadramento institucional, entretanto tem que avistar-se semanalmente com o adolescente. Segundo muitos profissionais, isto pode promover uma banalização do atendimento, pois nem mesmo o jovem sabe o porquê de ter de falar com seu técnico semanalmente.

Na ausência de uma proposta de trabalho a intervenção acaba limitando-se a prática fiscalizadora e inibidora de possíveis ocorrências de violação dos direitos do adolescente. Os psicólogos atuando mais diretamente como psicoterapeutas precisariam deixar de ser responsáveis por produção de relatórios afim de que a relação de sigilo entre paciente e terapeuta possa ser observada. Certamente existem problemas emocionais em alguns jovens que se não houver uma intervenção terapêutica, pouco a internação poderá fazer por ele.

Na atividade diária do setor psicossocial o fluxo de trabalho burocrático é intenso e a falta de recursos materiais acaba se tornando um complicador. Muitos profissionais se dizem tarefeiros e que deixam de executar atividades que se aproximem dos objetivos da reinserção social.

É um serviço que adoece, pois ao lidar com as mazelas humanas muitos profissionais dizem que com o passar do tempo se sentem frustrados, com a autoestima baixa e impotentes. A sensação de cair no vazio, de que nada pode

ser realmente feito para a melhoria de vida dos jovens que acabam muitas vezes, mortos, ou sendo internados reiteradas vezes até completarem 18 anos, ou ganhando a maioridade e indo para penitenciárias, gera um sofrimento no ambiente de trabalho que algumas vezes acaba em desavenças entre seus pares e outros setores.

Outro fator de frustração é que as medidas em meio aberto, como Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida ainda não estão plenamente estruturadas para atender a esses jovens após a desinternação na velocidade em que seria necessário. A demanda é grande. O que acaba fazendo com que os encaminhamentos iniciados na internação se percam, mesmo após sensibilização do poder judiciário e ministério público. Também não é fácil articular a rede social em prol da família dos adolescentes que na maioria das vezes necessitam de socorro. Enquanto a rede social é lenta o tráfico, por exemplo, está pronto para receber de braços abertos os jovens internados por essa prática delitiva.

Não raro, podemos encontrar nos diferentes setores da unidade profissionais com diabetes, pressão alta, doenças psicossomáticas, distúrbios psiquiátricos. Estes colocam a pergunta: Quem cuida do cuidador quando todos esperam que esse faça o adolescente dar certo?

A Fundação Casa, atualmente tem se preocupado com os fatores de adoecimento e risco no trabalho e deslocou o Setor de Medicina e Saúde do Trabalho da área de Recursos Humanos, vinculada à Diretoria Administrativa para a Diretoria Técnica. Assim, mais do que uma questão administrativa, o tema passou a exigir uma ação proativa da instituição na promoção de saúde de seu colaborador. Percebemos também um esforço por encontrar alternativas para que o trabalho socioeducativo tenha êxito, seja na forma de implantação de programas de mediação de conflitos, seja no oferecimento de suporte psicossocial aos seus funcionários.

Quando falamos em sofrimento gerado pelo trabalho Segabinazzi (2006) lembra:

Conforme Dejours (1993), em sua luta contra o sofrimento, às vezes, o sujeito elabora soluções originais, que são favoráveis tanto à produção quanto à saúde. Cada vez que o trabalhador encontra solução para os problemas que lhe são colocados (atividade de concepção) e obtém em troca reconhecimento social de seu trabalho, é também o sujeito

sofredor, mobilizador de seu pensamento, que recebe reconhecimento subjetivo à sua capacidade, para conjurar a angústia e dominar seu sofrimento. (p.138)

A idéia é que, quem hoje é parte do problema, seja parte da solução em relação aos fatores estressores do trabalho. Para isso é necessária uma ação conjunta que reconfigure o foco do trabalho do setor psicossocial, de tal forma que os mesmos possam ser promotores de saúde e que a produção de relatórios ao poder judiciário seja de responsabilidade de quem acompanha o adolescente em seu cotidiano, dividindo as responsabilidades entre todos os setores.



## 7. UMA PROPOSTA DE TRABALHO

Uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com tempo (verdadeiramente) livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho estará maculada pela desafetivação que se dá no interior da vida laborativa (ANTUNES, 2000, p. 175)

Uma característica das sociedades modernas é a tentativa de separação entre vida pessoal e vida profissional. Na realidade a verdadeira distinção deveria ser entre vida privada e vida pública, pois a dimensão profissional é um dos elementos fundamentais na constituição de nossa personalidade e, portanto, nos constitui como pessoas, sendo impossível a separação pretendida. Isto não quer dizer que quem não tem trabalho não “é” no sentido filosófico de ser, mas sim que a sua falta nos deixa incompletos, seres ocos, presos à dimensão imediata da existência. Se o trabalho parcelar, característico das sociedades industrializadas, perde o sentido em si para o trabalhador isolado, visto não representar para este senão parte do todo, tenta-se driblar esta perda de sentido estimulando uma cultura voltada para a busca do prazer nos momentos de folga. Assim, o trabalho transforma-se em mera mercadoria através da qual se obtêm recursos para, finalmente, fazermos aquilo que desejamos. No entanto, como aquilo que desejamos nem sempre pode ser realizado, as alternativas encontradas para alcançar o prazer concretizam-se no consumo de objetos (coisas e pessoas coisificadas) nos tornando escravos do que consumimos.

Diferente da idéia de trabalho parcelar, o trabalho em equipe pode também assumir as características deste na medida em que não exista por parte das pessoas envolvidas uma visão do todo e a compreensão de processo, o que acarreta uma perda de sentido. A conseqüência desta perda é o descompromisso com os resultados, expressos em frases do tipo; “estou fazendo a minha parte”, ou a responsabilização do “outro” quando algo não vai bem. Além disso, na separação entre “profissional” e “amador” deixa-se a este último uma conotação negativa. O “amador” que em seu sentido estrito deveria designar àquele que faz algo por amor, ganha o sentido de algo de pouca qualidade por ser feito por quem não é “do ramo”.

Em um centro socioeducativo, assim como em qualquer tipo de trabalho,

encontramos pessoas que tratam a sua atividade com distanciamento, preocupados apenas em evitar problemas, torcendo para que o dia/trabalho termine rapidamente, sem compreender que a própria natureza de seu trabalho implica em enfrentar conflitos. Encontramos também o “amador”, aquele que ainda acredita que o seu trabalho possa fazer a diferença na vida dos jovens atendidos. No entanto, este amador é confundido com o ingênuo, que não tem conhecimento sobre os limites de seu trabalho. Seria possível conseguir evitar esta dicotomização, contando com profissionais amadores, que se completem naquilo que fazem?

Se reconhecermos que o ambiente socioeducativo é por excelência um espaço onde vicejam conflitos, Psicólogos e Assistentes Sociais poderiam fornecer suporte para que os Orientadores de Medida tenham um espaço para a escuta de suas angústias prevenindo adoecimentos. Além disso poderiam fazer o papel de promotores de uma verdadeira cultura de paz, atuando como mediadores de conflitos, facilitando as relações intra-institucionais.

Para fazer uma proposta de trabalho alterando o papel tradicional dos Psicólogos e Assistentes Sociais, é necessária uma descrição mais detalhada das exigências legais e institucionais para a contratação destes profissionais. Mas isto não é suficiente. É necessário ainda compreender como se efetiva a sua ação na rede de relações institucionais.

É evidente que este trabalho gera também satisfação ou então estaríamos lidando com um grupo de masoquistas que escolheram sofrer, no entanto os fatores de sofrimento e adoecimento são preponderantes. Para compreender os vários aspectos que se costuram promovendo o sofrimento desses profissionais nos embasaremos na teoria de configuração de Nibert Elias que permite buscar um estudo das relações que se desenvolvem entre os técnicos psicólogos e assistentes sociais, os internos e os vários grupos que os rodeiam direta e indiretamente. Pelo conceito de configuração é possível analisar as ligações entre as mudanças na organização estrutural da sociedade (em foco a instituição Fundação CASA) e as mudanças na estrutura dos centros de internação e na constituição psíquica de seus agentes.

Para Elias (1994) fazem parte da configuração os jogos de distinção social e os graus de controle de impulsos, cuja dinâmica está relacionada ao modo como se avançam as relações de interdependência com a dinâmica do

trabalho na sociedade:

...há manifestação do grande número de cadeias entrelaçadas e interdependência, abrangendo todas as funções sociais que os indivíduos têm que desempenhar, e da pressão competitiva que satura essa rede densamente povoada e que afeta, direta ou indiretamente, cada ato isolado da pessoa. Esse ritmo pode revelar-se, no caso do funcionário ou empresário, na profusão de seus encontros marcados e reuniões e, no do operário, na sincronização e duração exatas de cada um de seus movimentos. Em ambos os casos, o ritmo é uma expressão do enorme número de ações interdependentes, da extensão e densidade das cadeias compostas de ações individuais, e da intensidade das lutas que mantém em movimento toda essa rede interdependente...

As considerações de Elias ficarão claras ao mergulharmos nas diversas atividades desenvolvidas pelo técnico para o atendimento ao adolescente. No caso de São Paulo, na Fundação Casa, cada profissional é responsável por 20 adolescentes. Verificamos que muitas vezes o risco de mecanização dos relatórios, da falta de tempo para maior investigação social e familiar, os conflitos mal-resolvidos entre seus pares e outras áreas de atuação, a angústia da família e do adolescente, a cobrança judiciária e da sociedade pode se tornar uma constante que leva ao adoecimento psíquico e físico.

Como podemos inferir, a relação entre técnico e adolescente cria um padrão de interdependência mutável por ser rodeada pela relação com outros grupos que interferem na medida socioeducativa do adolescente.

As relações se configuram em uma lei geral de funcionamento social e se impõe como imperativo do qual nenhuma das partes pode fugir. Elias (1994):

[...] cada pessoa singular está realmente presa; está por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que as prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e a nada mais, que chamamos "sociedade".

A configuração se apresenta como uma abrangência relacional entre o modo de existência do ser social e a possibilidade conceitual de aproximação às emergências do cotidiano. Ao mesmo tempo essa relação cria um espaço de síntese já que existe um movimento dialético da realidade.

Elias aponta que visando a interpretação das forças compulsivas que agem sobre os indivíduos e as pessoas nos seus grupos e sociedade,

podemos trabalhar a libertação do discurso e do pensamento relativo às essas forças. A dialética humana que move as configurações não se prende a determinismos, daí se faz necessário o trabalho de interpretar as forças compulsivas, mergulhar na singularidade tentando trazer a realidade ao que é e não como deve ser.

A tendência nas sociedades modernas é de garantir certezas ao que é instável classificando, excluindo e incluindo, enclausurando assim as relações. Sob o olhar do conceito da configuração existem dois aspectos ou mais diferentes e até opostos que convivem e não se excluem. Esse equilíbrio flutuante mostra que o estado natural das coisas é a ambivalência que pretende escapar do monismo metodológico que dicotomiza o indivíduo (encapsulado) e a sociedade (ente externo).

Os sentimentos e pensamentos, a espontaneidade e o comedimento, o sentimento e a razão são atividades humanas que tornam vivas e complexas as configurações.

Ao descobirmos as interdependências atuantes em nosso objeto de estudo é possível o exercício de restabelecer a identidade última de todos os homens envolvidos no processo. Para isso se faz necessário o respeito sobre o dualismo, a temporariedade e a especificidade de cada uma das interdependências. Elias (1993) ressalta que isso requer um esforço peculiar por parte dos indivíduos para além da postura de uma sociedade egocêntrica.

Requer mudar radicalmente hábitos mentais que hoje se acham arraigados na consciência de cada um de nós. Isto também se dá quando pensamos em movimentos de mudança. É necessário quebrar paradigmas e modelos já naturalizados, dentre estes o papel do Assistente Social e especialmente do Psicólogo como responsáveis pela transformação do adolescente.

Ao Psicólogo tradicionalmente fica a incumbência de analisar esse jovem psicologicamente, suas interações sociais e familiares e seu desenvolvimento ao longo da internação. Ao Assistente Social, por outro lado, fica a obrigação de investigar as causas sociais do comportamento delitivo do jovem, identificando disfunções familiares, a situação (na maioria das vezes) de exclusão social e buscar algumas inserções da família nos programas de

assistência do estado ou do município.

A base desta proposta de trabalho seria a reestrutura do setor psicossocial de tal forma que ele seja provedor da saúde da instituição como um todo. Isso significa desenvolver um trabalho onde estejam incluídos adolescentes e os profissionais que exercem o trabalho com os mesmos. A proposta é que ao cuidar do cuidador este profissional potencialize o atendimento ao adolescente. Lembrando Paulo Freire (1983), ao permitir que coloquem em prática os seus saberes, os profissionais do setor psicossocial poderão levar os demais atores sociais da instituição a uma prática consciente, quebrando um ciclo de agressão e violência próprios da vida delitiva, servindo de referência positiva aos jovens.

Deste modo, em relação aos Assistentes Sociais e Psicólogos, ao invés da responsabilidade de atender os jovens diretamente, ao menos uma vez por semana, seria mais útil que, sem a responsabilidade de produzir relatórios, Psicólogos pudessem dedicar-se a atender em psicoterapia- breve jovens que quisessem, por iniciativa própria, aderir ao atendimento clínico. Além disso, poderiam atuar como facilitadores das relações institucionais promovendo grupos, mediando conflitos. Por sua vez, ao Assistente Social, haveria muita mais disponibilidade para a atuação junto a rede sócio- assistencial e junto à família, de forma a apoiá-las quando do retorno de seus filhos. Isto implica em articular com esferas públicas uma política de inclusão profissional para famílias e jovem a fim de escapar do ciclo de dependência seja dos programas de complementação de renda, seja dos traficantes, principais “empregadores” dos jovens atendidos. Não podemos nos esquecer que o propósito das duas profissões é propiciar ao indivíduo ser protagonista de sua história e não apenas um ser adaptado às políticas públicas e a meios organizacionais.

Em relação aos jovens, o centro sócio educativo, deve ser um espaço onde possam aprender a conviver, e isto implica em desenvolver a capacidade de refletir e simbolizar as relações com o mundo – Homem e Natureza, substituindo a mediação pela violência pela mediação da palavra. Nessa nova proposta os conflitos devem trabalhados pelo setor pedagógico, este sim responsável por designar a cada jovem os Orientadores de Medida, adultos

socialmente experimentados, que terão por função elaborar e acompanhar a execução do Plano Individual de Atendimento, instrumento onde se pactuam junto ao jovem e família metas, que serão o parâmetro para produção de Relatórios Técnicos.

Portanto, a produção de relatórios seria de responsabilidade de quem de fato acompanha o dia a dia dos jovens, ou seja, os Orientadores de Medida. Em um centro de internação, este papel poderia ser desenvolvido em duplas contando com um Agente Educacional, com formação superior, e um Agente de Apoio Socioeducativo, profissional de Nível Médio, com capacitação na área de segurança e disciplina, atento às questões de violência ou fuga, responsáveis por no máximo 20 jovens.

Em relação a estes relatórios, atualmente as unidades da Fundação Casa produzem três tipos: Relatório Polidimensional – elaborado durante a Internação Provisória de 45 dias com o objetivo de subsidiar a decisão judicial em relação ao jovem a quem se atribuiu o cometimento de ato infracional; Relatórios de Acompanhamento – elaborado durante o cumprimento de medida socioeducativa, e Relatórios Conclusivos, onde se postula a extinção ou substituição de uma medida por outra mais branda. O ideal é que todos os relatórios sejam informativos, sem qualquer outra conotação, para que as partes legítimas no devido processo legal, Promotor e Defensor, possam posicionar-se sem qualquer indução. Isto, por outro lado, retira parte da pressão do jovem internado sobre quem produz seu relatório, ao mesmo tempo em que libera estes profissionais do peso de indicar se o adolescente está ou não apto para progressão de regime.

Para que o setor psicossocial possa realizar um trabalho diferenciado é de fundamental importância lembrar que o espaço sócio educativo não pode ser o espaço para o estabelecimento de um único padrão civilizatório, pois segundo Riscal (2009) isto significaria corromper um espaço privilegiado para alteração dos processos de discriminação e preconceito, pois abriga em seu interior todas as distintas formas de diversidade, quer sejam de origem social, de gênero, sexual, étnico-racial ou cultural, em mais um instrumento de legitimação das discriminações sociais.

A construção do ensino para a vida é um processo que acompanha o

ser humano até findar de sua energia vital, isto indica que nunca é tarde para aprender e ressignificar paradigmas. As carapaças usadas inconscientemente pelo indivíduo para se proteger dos processos de institucionalização podem ser quebradas com as intervenções certas, se o funcionário for preparado para isso. Isso aparece na fala de um agente sócio educativo com mais de 20 anos de casa:

“Existe uma pressão natural que vivemos todos os dias. Hoje desejam que trabalhem na base do diálogo com o adolescente e alguns sabendo disso fazem questão de irritar o funcionário com picuinhas típicas de adolescente. Eu particularmente agradeço essa nova maneira de trabalhar porque o “coro” (agressão) nunca deu certo, se desse a gente não teria tido tanta rebelião.”

### 7.1 Unidade de Internação Provisória (UIP)

As unidades de internação provisória, atendendo o Artigo 108 do ECA, devem fornecer subsídios para que a decisão judicial destinada ao jovem a quem se atribui a prática de ato infracional seja bem fundamentada. Para isso, o enfoque do trabalho no setor psicossocial continuaria o mesmo não mudando a constituição organizacional que existe hoje, com os profissionais voltados para o diagnóstico do adolescente. Pela peculiaridade desta medida o Juiz tem somente quarenta e cinco dias para definir o melhor encaminhamento para o jovem. Deste modo, a prioridade de toda equipe que atua junto a este segmento, está na elaboração do Diagnóstico Polidimensional. Através do diagnóstico Polidimensional a Fundação CASA busca efetivar o SINASE na construção do Plano Individual de Atendimento (PIA).

A elaboração do PIA se inicia na acolhida do adolescente e o requisito básico para sua elaboração é a realização do Diagnóstico Polidimensional nas áreas:

Jurídica - que diz respeito à situação processual do jovem;

Saúde - oportunizando a saúde física e mental;

Psicológica - análise primeira das dificuldades, necessidades, potencialidades e probabilidade de avanços;

Social - investigação das relações sociais, familiares e comunitárias, assim como dos aspectos dificultadores e facilitadores da inclusão social.

Pedagógicas - com suas metas relativas a escolarização,

profissionalização, lazer, cultura, esporte, oficinas enfocando potencialidades, dificuldades, necessidades, avanços e retrocessos.

Implantar o Diagnóstico Polidimensional consiste em conhecer cada adolescente como ser individual bem como sua família identificando as variáveis ambientais que incidem na construção da personalidade e os estímulos que os movimentam e o levam à ação. Daí a necessidade de não se ater no ato infracional praticado, mas na trajetória anterior que trouxe o adolescente à internação.

Nesta etapa do atendimento a questão do acolhimento necessita ser priorizada, pois deve representar uma atitude embasada na ética, superando o conceito de triagem. Uma ação humanizada, bem realizada durante o processo de Diagnóstico Polidimensional, garante por parte das equipes escuta qualificada e respostas mais adequadas na elaboração do PIA sem perder o foco na demanda do adolescente e as possibilidades de resposta do serviço oferecido.

O acolhimento no processo socioeducativo então pressupõe quebra de práticas de exclusão garantindo a inclusão do adolescente e da família através de:

- Escuta e atitudes desprovidas de julgamento;
- Respeito às diferenças abrindo espaço para a empatia;
- Atenção a expressão de sentimentos sem preconceito;
- Observação e análise das vivências e grupo de pertencimento;
- Construção de vínculos que estabeleçam confiança e respeito.

A coordenação da elaboração do Relatório Polidimensional deve ficar sob responsabilidade do setor psicossocial que articularia a contribuição das demais áreas a fim de subsidiar a decisão judicial.

## 7.2 Unidade de Internação (UI)

O ponto de partida para o trabalho com jovens internados deve ser o Relatório Polidimensional produzido na UIP. Com este documento, os Orientadores de Medida, ou seja, a dupla composta por Agente educacional e Agente de Apoio socioeducativo pode junto ao jovem e sua família, estabelecer



compromissos e metas a serem atingidas durante a internação.

Através do Plano individual de Atendimento – que se iniciou com o diagnóstico polidimensional na internação provisória - o adolescente teria desde sua entrada na unidade de internação um acompanhamento com planos e metas para cada três meses. O desenvolvimento do jovem nesse período permitirá à equipe pedagógica fazer as intervenções necessárias a tempo de garantir a concretização da medida socioeducativa.

Os dados inseridos no PIA serão base para os relatórios encaminhados ao juiz de execuções.

A elaboração de um Plano Individual de atendimento (PIA) constitui-se numa importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente e sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa”. ((SINASE p. 22).

Os relatórios de acompanhamento teriam um roteiro seguro para poder afirmar se o jovem comprometeu-se ou não com sua medida de internação superando as limitações observadas hoje. Em relação à continuidade da internação, compete ao poder judiciário promover qualquer alteração na medida.

Desse modo, se faz necessário a ação integrada de todas as áreas que atuam com o adolescente, promovendo um amplo estudo de caso através de avaliações elaboradas pelas equipes.

Esse processo permitirá que os relatórios deixem de ser baseados fundamentalmente na avaliação subjetiva do comportamento do adolescente , além de garantir uma devolutiva mais clara e objetiva para família.

Neste sentido, o setor técnico poderia atuar de forma diversa da atual. O trabalho do setor social seria voltado para o atendimento às famílias buscando junto à rede social do município forma de incluí-las em projetos não apenas assistencialistas, mas promotores da dignidade humana. O Assistente Social faria seu trabalho de forma singular sobre a família observando ao mesmo tempo seu processo de construção social. Pois como afirma Gomes (2006):

Vejo a família como um sistema complexo, capaz de se auto-organizar e de estabelecer relações, interações com o meio, com os indivíduos, com instituições, com a sociedade na qual está inserida, e é nessa relação que a família se encontra em constante transformação, superando-se, modificando e interferindo no seu meio. (p. 77)

Como a família teria um acompanhamento diferenciado, as visitas domiciliares seriam mais constantes, os Assistentes Sociais desenvolveriam

metas e objetivos necessários a serem alcançados para o regresso do adolescente, não se restringindo apenas à organização material e financeira, mas também a sua reestruturação e a sua postura como cidadãos, tendo por objetivo substituir uma atitude de resignação diante dos abalos da vida. Na pasta social do jovem constaria a evolução da família e o quanto ela estaria se reorganizando para a recepção do jovem e sua capacidade de auxiliá-lo na questão da resiliência.

Em relação aos psicólogos, estes seriam divididos em duas frentes de trabalho. Aqueles que trabalhariam com os adolescentes e os que trabalhariam com os funcionários em geral. Em relação aos primeiros, o uso de psicoterapia breve tem auxiliado diversos jovens a lidar com suas emoções e frustrações possibilitando crescimento pessoal. No entanto, isto só pode funcionar se a clínica for feita a partir do desejo do jovem e sem a responsabilidade de relatar os conteúdos trabalhados para o Juiz. Os demais psicólogos atuariam na perspectiva de acompanharem a rotina institucional ficando atentos e disponíveis para atender demandas emergentes em um espaço de privação de liberdade. Isto significa estar preparado para atuar mediando conflitos, facilitando a comunicação dentro da instituição e, eventualmente, sugerindo acompanhamento externo para algum profissional que apresente indícios de adoecimento decorrente do stress próprio deste ambiente. Além disso, pode ser o articulador de atividades relacionadas à construção de uma efetiva cultura de paz, trazendo convidados que possam mostrar exemplos de superação de conflitos de forma pacífica.

Todas estas ações devem ser articuladas e previstas no Projeto Político Pedagógico para não se tornarem ações soltas, sem vinculação com o rol de atividades do centro de internação.

## 8 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma proposta como essa para ser implantada precisa enfrentar uma cultura secular no que diz respeito ao papel dos técnicos no atendimento aos jovens em conflito com lei. Mudança nas estruturas de poder é difícil de ser implantada. Um bom exemplo foi a implantação da Progressão Continuada na Rede Estadual de Ensino. Para muitos professores, a perda do poder de reprovar o aluno foi encarada como uma diminuição da autonomia profissional.

Atualmente, este modelo sofre ajustes, mas de forma geral, os professores já assimilaram que este poder era fonte de stress desnecessário no processo pedagógico.

No nosso caso, para poder ter sucesso, os principais implicados, Assistentes Sociais e Psicólogos precisariam convencer-se das vantagens de superar o pretense poder de liberar os jovens.

Como os setores estão estruturados hoje há uma guerra de poder implícita:

Segundo Gomes 2006 apud Melo (1985):

Os conflitos nas relações de trabalho existem sempre, à medida que há uma hierarquia, que os papéis sociais são diferenciados e, principalmente, que a repartição do poder é desigual. As relações de autoridade não são suficientes para explicar esses conflitos. O conceito de autoridade constitui um limite para a análise de relações complexas que estão em jogo na ação coletiva, exigindo sua substituição pelo conceito de poder significando não um atributo às pessoas, mas uma relação entre elas. Assim, os conflitos nas relações de trabalho não são nem rivalidades entre os sujeitos independentes, nem tensões entre sujeitos definidos pela diferenciação de status e de papéis no interior de uma organização. Os conflitos remetem a sua causa a uma relação de poder. (p 74)

Entretanto ao reestruturar a configuração dos papéis institucionais, os profissionais do setor de segurança e pedagógico precisariam também ser instrumentalizados para exercer o papel de Orientadores de Medida. Em parte já desenvolvem este trabalho ao acompanharem os jovens em suas atividades cotidianas, no entanto, a elaboração do PIA e o seu acompanhamento exige uma postura proativa e dialógica com o jovem.

Os Orientadores de Medida não estariam sós, pois poderiam contar com o apoio dos profissionais do setor psicossocial que forneceria suporte e escuta qualificada para as dificuldades do trabalho com estes jovens.

É natural que em uma situação como essa encontremos dificuldades principalmente porque envolve mudanças e perda de poder por aqueles que já estão institucionalizados. RISCAL (2009:220) nos chama atenção para comportamentos comuns diante da apresentação de projetos:

Negação de toda inovação – a afirmação da experiência e do conhecimento da história da instituição revelaria a existência de um conhecimento de caráter privilegiado que apenas os mais antigos possuem;

Negação de toda possibilidade de mudança – a afirmação de não ser a primeira vez que se tentam fazer mudanças que não dão certo;

Boicote e desprezo às inovações- recusa em participar das atividades inovadoras acompanhadas de comentários que ironizam as iniciativas inovadoras;

Demonstração de desencanto – afirma-se que é mais um modismo do governo de plantão no momento, que logo será abandonado e que não vai dar em nada;

Aceitação como farsa – adotam-se as mudanças apenas como obrigação burocrática, copiam-se os modelos prontos de projetos, sem qualquer participação da comunidade, apenas para serem encaminhados aos órgãos superiores, mantendo a gestão como sempre foi. (p. 87)

Em relação ao poder judiciário, penso que não haveria maiores dificuldades. Atualmente, para início do processo jurídico, temos a notícia do delito representado pelo Boletim de Ocorrência, a partir da qual o Ministério Público move uma representação contra o adolescente. Em relação aos Relatórios Técnicos o caminho poderia ser o inverso. O Defensor, seja dativo ou não, de posse das informações sobre o desenvolvimento do PIA do jovem, poderia peticionar (ou não) alteração na medida. Em relação à baliza de um profissional que produza laudo técnico, o Poder Judiciário deve contar com equipe própria para ser utilizada quando julgarem necessário.

Trabalhadores com auto estima positiva e qualidade de vida dentro e fora do trabalho tendem a desenvolver melhor a criatividade e a propor mudanças interessantes e muitas vezes significativas para a própria instituição.

Ao refletir sobre o julgamento de Eichmann, oficial nazista responsável por um campo de concentração, Hannah Arendt (1963) cunhou a expressão “banalidade do mal” para demonstrar que não foi o “sádico” quem perpetrou as execuções em massa, pelo contrário, aqueles em quem se observavam prazer por este serviço eram afastados para outras funções.

Do mesmo modo, o contato direto e permanente com situações de violência, pode desenvolver no trabalhador da fundação Casa uma indiferença com o sofrimento alheio até como mecanismo de auto-preservação em um ambiente hostil. Ou seja, além de estar inserido nesta mesma equação social,

porém como algoz e como vítima, o seu trabalho tem por objeto o que poderíamos chamar de “**clandestinos da sociedade de consumo**“. Estes jovens internados nos centros de internação em sua maioria oriundos das camadas mais humildes da população recusam-se o papel de excluídos e incluem-se nos cenários urbanos à força.

Deste modo a naturalização da perversidade nas instituições totais é facilmente instalada na ausência de mecanismos de prevenção e controle externos, formação permanente e carga horária adequada. Talvez não seja justo condenar estes trabalhadores sem antes equacionar estas questões. Importante salientar também que é necessário implantar uma política educacional com propostas claras quanto à sociabilidade que se deve ter numa sociedade menos desigual, onde os direitos de cidadania dos jovens estejam contemplados e aonde a palavra venha a ser o meio de expressão e negociação dos conflitos.

Em minha experiência profissional, atuando com jovens cumprindo medida socioeducativa de internação, percebi que, na maioria das vezes, o comportamento delitivo relacionava-se com o desejo de autodestruição evidenciados na exposição a diferentes riscos, seja na forma de uso/abuso de drogas, no sexo sem proteção, no uso da violência na mediação com o outro.

A construção por eles de algum projeto de vida, passava necessariamente pelo processo de auto-conhecimento, auto-aceitação e auto-estima.

Pensá-los como problema pode ter como consequência a reflexão feita por Gabriel Garcia Marques: “é quase impossível não nos transformarmos no que os outros pensam de nós”.

## **9- ANEXOS**

### **9.1 EXIGÊNCIAS PROFISSIONAIS**

Para se tornar um profissional da Fundação Casa o processo seletivo exigiu nos últimos concursos entre 2000 e 2010 os seguintes conhecimentos teóricos específicos:

#### **Assistente Social**

Teoria do Serviço Social: pressupostos e fundamentos; relação sujeito-objeto; objetivos; a práxis profissional; relação teórico prática; a questão da mediação. Vertentes do pensamento (materialismo histórico, positivismo, fenomenologia). Metodologia em Serviço Social: alternativas metodológicas. Instrumentação: o atendimento individual; estudo social, o trabalho com grupos, o trabalho com famílias, comunidade, o cotidiano como categoria de investigação e intervenção. Documentação. Ética e Serviço Social. Redes Sociais e Serviço Social. Política Social e Planejamento: a questão social e a conjuntura brasileira. Instituição e Estado. Equipamentos comunitários. Projetos e Programas em Serviço Social. LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social. Código de Ética Profissional. Ciências Social Desenvolvimento Comunitário: Conceitos de Sociedade, Comunidade, Grupos, Família e Instituições. (Edital de concurso 2009. p 47)

#### **Psicólogo**

O desenvolvimento psicológico na infância e adolescência. Adolescência e Família. A formação da personalidade. Consequências da privação materna. O papel do pai. As inter-relações familiares. Natureza e origens da tendência anti-social. A apuração do ato infracional atribuído as adolescente. As medidas sócio-educativas. O trabalho do psicólogo na equipe interprofissional. Psicodiagnóstico-técnicas utilizadas. A entrevista psicológica. Elaboração de relatórios e laudos. Ética profissional. Critérios de normalidade, concepção de saúde e doença mental. Conceitos e procedimentos básicos de Psicoterapia. Conceitos e procedimentos básicos de condução de atividades em grupo. (Edital de concurso 2009, p. 49)

## 9.2 DESCRIÇÃO DE CARGOS

Na descrição de cargos da Fundação CASA, compete ao Assistente Social:

Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico da Unidade, visando o planejamento anual do trabalho a ser desenvolvido. Realizar suas intervenções, em consonância ao Sistema de Garantia de Direitos, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, às Normativas Internacionais, SINASE-Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Plano estadual de atendimento socioeducativo. Atuar com responsabilidade, mantendo-se convergente às concepções da proposta socioeducativa, pautando-se em princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentadas pelo Serviço Social na ética e na legislação profissional. Realizar o acolhimento dos adolescentes e familiares. O acolhimento/atendimento deverá ser realizado objetivando a formação do vínculo e a construção das relações de confiança e respeito, fundamentais no processo socioeducativo. Realizar Estudo Social da Família, de modo a estabelecer o diagnóstico da dinâmica interacional do grupo familiar, utilizando-se de instrumentos e técnicas específicas. Realizar visita domiciliar/comunitária. Discutir com a equipe multidisciplinar as características das relações sociais/familiares/comunitárias do adolescente. Realizar atividades grupais com as famílias, objetivando a integração e troca de experiências comuns. Promover ações junto aos adolescentes e familiares que visem à conscientização e orientação no sentido do exercício da cidadania, potencializando-os para encontrar alternativas que resultem na superação das dificuldades.

Articular junto à rede socioassistencial pública e privada, buscando a integração dos recursos existentes que venham complementar ou implementar o trabalho desenvolvido junto ao adolescente e família. Observar e perceber o adolescente nas suas relações institucionais, sociais e comunitárias. Elaborar relatórios, manifestações, a fim de manter informados os órgãos do sistema de justiça. Registrar as ações realizadas arquivando e mantendo atualizada a Pasta de Acompanhamento do Adolescente. Avaliar e indicar o grupo familiar e pessoas que serão autorizadas a visitar o adolescente na unidade. Participar dos plantões técnicos acompanhando as visitas aos adolescentes. Manter interlocução com Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, bem como participar de audiências no que se refere ao cumprimento da medida socioeducativa pelo adolescente. Participar de processos de capacitação e desenvolvimento profissionais oferecidos pela Fundação. (Edital de Concurso 2009, 63)

O Psicólogo tem de:

Participar na elaboração do Projeto Político Pedagógico da Unidade, visando o planejamento anual do trabalho a ser desenvolvido. Realizar suas intervenções, em consonância ao Sistema de Garantia de Direitos, ao Estatuto da Criança e Adolescente, às Normativas Internacionais, SINASE-Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo. Atuar com responsabilidade mantendo-se convergente às concepções da proposta socioeducativa pautando-se em princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentadas pela ciência Psicológica, assim como na garantia de direitos. Realizar o acolhimento dos adolescentes e familiares. O acolhimento/atendimento deverá ser realizado objetivando a formação do vínculo e a construção das relações de confiança e respeito, fundamentais no processo socioeducativo. Realizar avaliação diagnóstica a fim de compreender as necessidades dos adolescentes e família, fundamentando a construção do plano de atendimento. Investigar a dinâmica psíquica do adolescente, com finalidade diagnóstica e interventiva através de métodos e técnicas específicos da área. Realizar atendimento grupal ao adolescente e familiares, trabalhando temáticas pré determinadas, de interesse dos jovens e/ou família, utilizando-se de técnicas e material de apoio apropriados aos objetivos do grupo, baseados em referencial técnico-científico regulamentado e reconhecido pela profissão. Participar de processos de educação continuada oferecidos pela Fundação, objetivando a sua capacitação e desenvolvimento profissional. Planejar e desenvolver atendimento individual específico da área. Criar espaços de escuta ao adolescente em conflito com a lei, buscando abordar os possíveis efeitos em saúde mental produzidos pela situação de privação de liberdade. Elaborar relatórios e registrar na Pasta de Acompanhamento do Adolescente as ações e resultados obtidos. Elaborar relatórios, manifestações, a fim de manter informados os órgãos do sistema de justiça. Participar dos plantões. (Edital de concurso, 2009 p. 69)



## 10 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ABDOUCHELI**, E.; JAYET, C. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

**ABRAMOWICZ**, Anete (org.). Sociologia da Criança e da Infância. São Carlos. EdUFSCar, 2009.

**ADORNO**, Sérgio e outros: O massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil. Rio de Janeiro. HUCITEC, 2000.

**ANTUNES**, Ricardo. O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova Morfologia. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 69, p. 107-120, São Paulo. Cortez, 2002.

**BARCELLOS**, Caco. ROTA 66 - A história da polícia que mata. São Paulo. Editora Globo, 1992.

**BAREMBLITT**, Gregório F. Compêndio de análise institucional e outras correntes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

**BATISTA**, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade, Rio de Janeiro, ano 7, n. 12, p. 271- 289, 2º semestre de 2002.

**BATISTA**, Vera Malaguti. Você tem medo de quê? Revista brasileira de ciências criminais, São Paulo, ano 13, n. 53, p. 367-378, mar./abr. 2005.

**BAUMAN**, Zygmunt. Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_ O mal-estar da pós modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

**BLEGER**, José. Psicohigiene e Psicologia Institucional. São Paulo: Artimed, 2003

**BOCCO**, Fernanda. Cartografias da infração juvenil. Dissertação de Mestrado em Psicologia. 152f. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

**BORAN**, Jorge. O senso critico e o método ver, julgar e agir para pequenos grupos. São Paulo: Ed. Loyola, 1971

**CASTELL**, Robert. A metamorfose da questão salarial: uma crônica do assalariamento. Petrópolis: Vozes, 1998

**CHANLAT** (Org.) Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. 2. ed. São Paulo. Atlas,

1993, v. 1.

**COSTA**, Jurandir Freire. Psicanálise e contexto cultural. Rio de Janeiro. Campus, 1989.

**DEJOURS**, Christophe. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro. Editora? 2000.

**ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado, 2007.

**ELIAS**, Norbert. O processo Civilizador, vol. 2, Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro. Editora 2000.

\_\_\_\_\_ Os estabelecidos e os Outsiders, São Paulo. Ed Zahar, 2000

**FRASSETO**, Flávio Américo. Ato infracional, medida socioeducativa e processo: a nova jurisprudência do STJ. Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade, Rio de Janeiro, ano 7, n. 12, p. 167-192, 2º semestre de 2002.

**FREIRE**, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1971.

\_\_\_\_\_ Educação e mudança. 21. ed. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997.

**FREITAS**, Denise. A cultura no espaço da diversidade, sustentabilidade e inclusão. São Carlos, EdUFSCar, 2009.

**FREITAS**, Maria Éster. Cultura organizacional: identidade, sedução e carisma. In: TORRES, Ofélia (Org.) O indivíduo na organização. São Paulo: FGV, 1999.

**GOFFMAN**, Erwing. A representação do eu na vida cotidiana. 4. ed. Petrópolis. Editora Vozes, 1985.

**GOMES**, Kelinês Cabral. Atando e Desatando nós: a auto-eco-organização das mulheres chefes de famílias monoparentais. Tese (Doutorado em Serviço Social). 2006, 213 f. Universidade Católica do Rio Grande do Sul -Faculdade de Serviço Social. Porto Alegre. 2006.

**KAUFMANN**, Josef Nicolas. Turbulências no mundo do trabalho: quais são as perspectivas? In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 69, , p. 30-52. São Paulo. Cortez, 2002.

**KULHMANN JR. M**, Infância e Educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre. Ed. Mediação, 1998.

**MARTINS**, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novo estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis. Vozes, 2002.

**MELO**, Marlene C. de Oliveira Lopes. Participação como meio não

institucionalizado de regulação de conflitos. In: FLEURY, M. T.; FISCHER, R. M. Processo e Relações de Trabalho no Brasil. São Paulo, Atlas, 1985.

**MIOTO**, Regina Célia Tamasso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: MIONE, Apolinário Sales. MATOS, Maurício Castro de. LEAL Maria Cristina. (orgs.). Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

**PERALVA**, Angelina- Violência e Democracia: O paradoxo brasileiro. Editora Paz e Terra, 2000.

**RISCAL**, Sandra Aparecida. Gestão democrática no cotidiano escolar. São Carlos. EdUFSCar, 2009.

**RIZZINI**, I. A assistência à infância no Brasil: uma análise e sua construção. Rio de Janeiro. Santa Úrsula, 1993

**ROSEMBERG**, F. Expansão da educação infantil e processo de exclusão In: Cadernos de pesquisa n. 107, 1999.

**SADER**, Emir e outros. Fogo no pavilhão: Uma proposta de liberdade para o menor, 1987.

**SAFFIOTI**, H.I.B. A síndrome do pequeno poder. In Azevedo, M.A. e Guerra, V.N.A. Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder: São Paulo, Ed Iglu, 1989.

**SANTOS**, Maria conceição dos. Estado, Menores, Juristas e políticos. Dissertação (Mestrado em História), SP, 158 f, 2004. Departamento de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual Paulista. 2004.

**SEGABINAZZI**, Catia. O sentido do trabalho: Reflexões acerca das transformações do mundo do trabalho em uma instituição pública. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). 2006, 152 f. Faculdade de Serviço Social. Porto alegre, 2006.

**SILVA**, Maria L. Oliveira. O controle sócio-penal dos adolescentes com processo judiciais em São Paulo: entre a “proteção” e a “punição”. Tese (Doutorado em Serviço Social). 2005, 262F. Pontífica Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

**TORRES**, Ana Raquel Rosas; **FARIA**, Margareth Regina G. Veríssimo; **GUIMARÃES**, Juliany Gonçalves; **MARTIGNONI**, Thalita Vargas Leite. Análise psicossocial do posicionamento de adolescentes com relação à violência

policial.

**INTERNET**

Edital de Abertura de inscrição de Concursos e instruções Especiais, nº 001/2009. Disponível em <<http://www.casa.sp.gov.br>>. Acesso em 04/08/2010

Lei de Diretrizes e Base da Educação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 15/10/2010

Política Nacional de Assistência Social. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 06/18/2010

SINASE. Disponível em <<http://www.direitoshumanos.gov.br>>